



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM DEFESA CIVIL AO ENSINO MÉDIO

CAMPUS CAMBORIÚ

CAMBORIÚ/SC

Fevereiro/2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

RUDINEI KOCK EXTERCKOTER

REITOR

LIANE VIZZOTTO

PRO-REITORA DE ENSINO

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO

DIRETORA DO *CAMPUS* CAMBORIÚ

LUCIANE GRANDO DORNELLES UNGERICH

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO *CAMPUS*
CAMBORIÚ

JERFFSON LUCAS SANTOS

COORDENADORA DE ENSINO TÉCNICO

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC DO CURSO

BRUNO CARLESSO AITA

CLEONICE MARIA BEPLER

CRISTIANE REGINA MICHELON

FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES

GILMAR BOLSI

MARCOS ALEXANDRE HEINIG

MÁRCIA RODECZ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	05
2 DETALHAMENTO DO CURSO	06
2.1 Denominação do Curso	06
2.2 Titulação do Curso	06
2.3 Local de Funcionamento	06
2.4 Forma	06
2.5 Modalidade	06
2.6 Eixo Tecnológico	06
2.7 Resolução de Aprovação de Curso	06
2.8 Legislação	06
2.9 Quantidade de Vagas	09
2.10 Regime Letivo	09
2.11 Periodicidade de Oferta	10
2.12 Turno de Oferta	10
2.13 Carga Horária Total do Curso	10
2.14 Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	10
2.15 Tempo de Integralização do Curso	10
3 CONTEXTO EDUCACIONAL	10
3.1 Histórico da Instituição	10
3.2 Justificativa de Oferta do Curso	14
3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	19
3.4 Objetivos do Curso	25
3.4.1 Objetivo Geral	25
3.4.2 Objetivos Específicos	26
3.5 Requisitos e Formas de Acesso	27
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	28
4.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	28
4.2 Políticas de Atendimento ao Estudante	34
4.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão	35
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	39
5.1 Perfil do Egresso	39



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.2 Organização Curricular	41
5.2.1 Interdisciplinariedade, Integração Intersecção Curricular e Temas Transversais	41
5.2.2 Curricularização da Pesquisa, Inovação e Extensão	42
5.2.3 Atividades Curriculares Complementares	49
5.2.4 Atividades de Prática Profissional	49
5.2.5 Trabalho de Conclusão de Curso	52
5.2.6 Estágio Curricular Supervisionado	52
5.3 Atividades de Ensino a Distância (EaD)	54
5.4 Matriz Curricular	67
5.5 Relação Teoria e Prática	68
5.6 Avaliação	68
5.6.1 Sistema de Avaliação do Curso	77
5.7 Ementário	78
5.7.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	77
5.7.2 Componentes Curriculares Optativos	117
5.8 Expedição de Diplomas e Certificados	121
6 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	122
6.1 Corpo Docente e Tutorial	122
6.2 Coordenação do Curso	126
6.3 Núcleo Docente Básico (NDB)	126
6.4 Colegiado	127
6.5 Corpo Técnico Administrativo em Educação	129
6.6 Equipe Multidisciplinar	136
6.7 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	137
7 INSTALAÇÕES FÍSICAS	138
7.1 Biblioteca	138
7.2 Áreas de Ensino e Laboratórios	142
7.3 Áreas de Esporte e Convivência	143
7.4 Áreas de Atendimento ao Estudante	143
8 REFERÊNCIAS	144
9 ANEXOS	150



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico, denominado **CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DEFESA CIVIL – FORMA SUBSEQUENTE**, na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Este projeto pedagógico de curso visa atender uma demanda de parceria interinstitucional, por meio de convênio de cooperação técnica, entre o Instituto Federal Catarinense e a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, visando Formar os agentes e envolvidos na estrutura de proteção e defesa civil estadual.

Em convênio firmado, as vagas serão reservadas para a captação de público alvo exclusivo da estrutura da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e suas sedes administrativas regionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2 DETALHAMENTO DO CURSO:

2.1 Denominação do Curso

Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil.

2.2 Titulação do Curso

Técnico em Defesa Civil.

2.3 Local de Funcionamento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú.

Endereço: Rua Joaquim Garcia, S/N. Camboriú. Santa Catarina. CEP 88340-055.

Telefone: (47) 2104 – 8000

E-mail de contato: gabinete.camboriu@ifc.edu.br/
defesacivil.tec.camboriu@ifc.edu.br/ tecnicodefesacivil.brasil@ifc.edu.br

Site da unidade: <http://www.camboriu.ifc.edu.br>

2.4 Forma

Subsequente ao Ensino Médio.

2.5 Modalidade

Ensino a Distância.

2.6 Eixo Tecnológico

Eixo Tecnológico Segurança.

2.7 Resolução de Aprovação de Curso

Resolução Nº 004 – CONSUPER de 31 de Março de 2015 (Anexo 01).

2.8 Legislação

a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

b) Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

c) Resolução CNE nº 04 de 13 de Julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

d) Resolução CNE/CEB nº 03 de 21 de Novembro de 2018, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

e) Parecer CNE/CEB nº 1, de 05 de Janeiro de 2021, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

f) Parecer CNE/CEB nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio;

g) Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC;

h) Resolução nº 30 de 2019 do Conselho Superior do IFC - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense;

i) Lei nº 12.340, de 01 de Dezembro de 2010, que Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências;

j) Decreto nº 7.257 de 04 de agosto de 2010, que Regulamenta a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre e sobre a prestação de contas e fiscalização dos recursos transferidos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

k) Lei nº 11.741 de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;

l) Lei nº 11.892 de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;

m) Lei nº 11.788 de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

n) Portaria Normativa IFC/CONSEPE nº 2/2018, que determina as diretrizes para a autoavaliação dos cursos técnicos do IFC;

o) Resolução nº. 007 – CONSUPER/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense;

p) Parecer Nº 17/ 2020/CFA do Conselho Federal de Administração para o registro do Técnico em Defesa Civil, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 511, de 14/06/2017;

q) Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta a Educação a Distância (EaD) em todo território nacional, complementando o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

r) Resolução nº 010/2021, que trata da Organização Didática dos Cursos do IFC;

s) Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

t) Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB);

u) Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;

v) Resolução n. 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa;

x) Portaria Normativa nº 04 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância;

w) Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;

y) Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e,

z) Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC.

2.9 Quantidade de Vagas

Oferta de 40 (quarenta) vagas – curso regular

Oferta 2000 vagas para atender pactuação.

2.10 Regime Letivo

Semestral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2.11 Periodicidade de Oferta

Anual turma regular

Semestral - vagas sob cooperação técnica ou pactuação

2.12 Turno de Oferta

As atividades de Ensino a Distância de forma síncrona serão realizadas no turno vespertino\noturno, em horários definidos semestralmente.

As atividades de ensino presencial serão realizadas mensalmente no IFC - Campus Camboriú ou nos polos, em turno diurno, concentrado em dois ou três dias.

2.13 Carga Horária Total do Curso

Carga Horária Total de 810 (oitocentos e dez) horas.

2.14 Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O curso não terá estágio curricular supervisionado obrigatório.

2.15 Tempo de Integralização do Curso

O tempo de integralização do curso será em 27 meses.

3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da Instituição

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos câmpus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os câmpus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo Câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao câmpus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Câmpus Avançado Sombrio.

O IFC possui 15 câmpus distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o câmpus Abelardo Luz está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

O Colégio Agrícola de Camboriú – CAC, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Camboriú, foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Localizado no município de Camboriú, estado de Santa Catarina, o Campus possui uma área total de 205 hectares com 9.024 m² de área construída e destas 5.840 m² são áreas construídas destinadas às atividades agropecuárias.

Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, o qual passa, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto número 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

Em 1990 o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer outros cursos técnicos, de Informática e em Meio Ambiente. Em 2003, passa a oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – ofertando ensino médio e qualificação profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Em 2009, com o advento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CAC transformou-se num campus do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos e assim tivessem a possibilidade de oferecer cursos superiores e de pós – graduação à comunidade, como faculta a lei.

No que se refere a cursos superiores, em 2010 três cursos foram lançados, Bacharelado em Sistemas de Informação, Tecnólogo em Negócios Imobiliários e Licenciatura em Matemática e por fim, em 2011, outros dois, Tecnólogo em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia. Em 2012 foi implantado no campus, o primeiro curso de especialização *lato sensu*, na área de Treinador e Instrutor de Cães-Guia.

No ano de 2011, houve a implantação do Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental e também, foi inserido um novo eixo tecnológico de ensino profissionalizante na área de segurança, com a implantação do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho e em 2015, com a implantação do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil.

Em 2019, com a proposta aprovada pela CAPES, a Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPI) autorizou o início de funcionamento do curso de Mestrado Acadêmico em Educação a partir de 27 de maio de 2019, através do memorando 09/2019 PROPI/REIT, de 06 de fevereiro de 2019. Em maio de 2020, o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 479, de 13 de maio de 2020.

Recentemente no ano de 2020, marca – se a verticalização do ensino profissionalizante na área de ciências agrárias no IFC – *Campus* Camboriú, com a implantação do curso superior em Bacharelado em Agronomia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Pioneiro na formação de Técnicos em Agropecuária em Santa Catarina, a Instituição sempre tem como consciente missão, formar profissionais que prestam especial contribuição para a difusão científica e tecnológica para todas as regiões do nosso estado e de outros estados da União.

3.2 Justificativa de Oferta do Curso

O planeta e o mundo social encontram - se em permanente modificação. As mudanças são manifestadas pelos movimentos sociais, revoluções tecnológicas, alternâncias de ideologias políticas, substituição de valores morais e éticos e, também, as transformações ambientais, geográficas e climáticas.

Um evento adverso ou desastre é algo que não podemos, muitas vezes, evitar. Os fenômenos climáticos forçaram o homem a se adaptar, procurando viver de forma mais segura ou enfrentando os problemas quando estes ameaçam as vidas, a propriedade e os recursos materiais.

Os eventos climáticos extremos são mais rápidos que as nossas atividades de prevenção e resposta, mas podem ser minimizados. Anualmente, percebe-se a evolução da severidade e ocorrências de eventos adversos, como índice de chuvas muito alto ou muito abaixo da média, movimentação de massas de solo, avanço da água do mar, ventos fortes e severos, edificações sendo colapsadas e, também, eventos adversos de origem tecnológica, estão sendo registradas.

As inundações são entre os desastres o mais comum no Brasil que, está entre os 15 maiores países com a maior taxa da população exposta ao risco de inundação de rio. Em 12 ocasiões desde 2000, as inundações na região causaram mais de US \$ 1 bilhão de dólares em danos totais. (OCHA, 2020).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Em Santa Catarina, nos últimos vinte anos, 64% das ocorrências de desastres estão relacionadas a fatores climáticos, sendo que, 32% dos desastres são provocados por estiagem e 32% dos desastres são provocados por inundação e alagamentos (Secretaria Estadual de Defesa Civil, 2013). Santa Catarina é o terceiro Estado do país mais impactado por danos e prejuízos em um intervalo de duas décadas. (CEPED UFSC, 2016).

A prevenção é considerada a atitude mais coerente e com resultados positivos mais eficazes diante das adversidades. O mapeamento e o estudo participativo das áreas de riscos, o planejamento e a execução de obras mitigadoras, a mobilização e a preparação da população vulnerável, as campanhas de orientação e percepção, a integração entre os órgãos possibilita gestão de riscos e desastres mais eficaz quando entrar na fase de resposta e a recuperação dos cenários atingidos são ações necessárias para garantir a proteção da comunidade, das propriedades e dos recursos naturais.

Diante de um prognóstico suscetível a desastres, sempre devemos estar preparados. Técnicas, processos, recursos humanos e agências integradas sempre formam componentes da ação de prevenção da Proteção e Defesa Civil nos estados e municípios.

A gestão dos riscos e dos desastres exige a participação de pessoas e grupos em diferentes níveis. A combinação e a articulação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis numa sociedade ou organização, devem ser providenciadas e gerenciadas no período de normalidade e\ou estabilidade. Fará mais diferença para esta prática sistemática e rotineira, se os agentes e os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

recursos humanos dotarem-se de recursos cognitivos correlatos com a questão da Proteção e Defesa Civil.

O planejamento urbano aliado à gestão ambiental e ao plano diretor de Proteção e Defesa Civil é considerado ferramenta para o crescimento ordenado, sendo complementadas por uma estrutura organizacional responsável pelas ações preventivas, de socorro, ações assistenciais e recuperativas, com finalidade de evitar os desastres e minimizar os seus impactos.

Desde o ano de 2005, o então Colégio Agrícola de Camboriú – CAC\UFSC, iniciou por estímulo da comunidade, a formação de agentes voluntários (bombeiros civis, bombeiros voluntários, socorristas em atendimento pré-hospitalar básico, resgatistas, brigadistas empresariais, agentes ambientais e agentes em primeiros socorros) tendo como objetivos: a) ampliar as perspectivas e as oportunidades de trabalho e renda dos alunos e profissionais participantes; b) criar o espírito de ajuda mútua em situações de sinistros e desastres ambientais; c) mostrar ao aluno\participante, que em situação de desastre, ele é um componente fundamental para a sociedade; d) aumentar o número de cidadãos com conhecimentos e recursos nos procedimentos em urgências e emergências; e) diminuir o tempo resposta para o atendimento a uma emergência ou a um sinistro e, f) conhecer e aplicar a legislação vigente de atenção às ocorrências sinistras e emergenciais.

Buscando atender as necessidades comunitárias apresentadas, desde o ano de 2005, totalizaram-se 60 eventos de Capacitação e de Formação Inicial e Continuada - FIC, formando 1.217 profissionais, totalizando 8.867 horas de cursos e 23 municípios catarinenses contemplados, sendo eles: Camboriú, Balneário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Camboriú, Itajaí, Itapema, Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, São Francisco do Sul, Ilhota, Massaranduba, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Timbó, Jaguaruna, Concórdia, Presidente Getúlio, Guaramirim, Ibirama, Pomerode, Penha e Balneário de Piçarras.

Tais cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) fomentaram solicitações por parte dos alunos e das empresas envolvidas, demonstrando que uma verticalização do ensino profissionalizante seria oportuna na Criação e Implantação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Forma Subsequente ao ensino médio, curso este implantado em 2011 e, com várias solicitações da sociedade civil organizada, da Criação do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, curso implantado em 2015.

A partir do ano de 2017, a interface com a estrutura da Defesa Civil no estado de Santa Catarina se consolidou através da participação dos docentes no Colegiado de Gestores em Defesa Civil, principalmente na região da Associação dos Municípios da Foz do Itajaí – Açú (AMFRI), na oferta de cursos de qualificação profissional em agentes comunitários de proteção e defesa civil e na criação e execução dos projetos de extensão denominados “Autoproteção para Turistas”, “Proteção e Defesa Civil na Comunidade” e “Proteção e Defesa Civil nas Escolas”, “Você está Preparado?”, “Autoproteção cidadão”, “Autoproteção para idosos”, etc.

No Brasil, as questões relacionadas à Proteção e Defesa Civil vêm passando por mudanças significativas nos últimos anos. Em 2012, ficou evidente que o tema alcançou um novo patamar de prioridade, o que foi materializado pela edição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012). Os temas relacionados à Proteção e à Defesa Civil estão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

correlacionados com os eventos climáticos adversos, para os quais, a comunidade e o governo precisam se preparar, com foco na formação e profissionalização do setor, na preparação da população e na criação de cidades resilientes.

O Estado de Santa Catarina está entre os três estados do país com maior recorrência de eventos adversos e/ou desastres, dentre outras ações, a Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC) criou o Programa SC Resiliente, que está em seu primeiro ciclo, sendo que uma das prioridades é investir na preparação e na prevenção visando aumentar a resiliência dos órgãos e setoriais e, a proteção e a autoproteção do cidadão catarinense, salvando vidas e diminuindo a vulnerabilidade.

O fortalecimento desta parceria avança para o requerimento por parte da administração da Defesa Civil estadual (Anexo 02 e Anexo 03) da oferta do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), ressaltando a necessidade do Instituto Federal Catarinense contribuir na formação destes profissionais, ampliando suas fronteiras de atuação e contribuindo para que todo o Estado seja contemplado conforme preconiza inclusive o Marco de Sendai que o Brasil é signatário.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nasceram com a finalidade de proporcionar a socialização do ensino e da formação profissional, calçada nos arranjos produtivos e sociais locais, promovendo o desenvolvimento tecnológico e econômico da região e entorno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Visando ampliar a estrutura, modernizar as capacitações e satisfazer a comunidade, o presente projeto se propõe a manifestar uma ação pedagógica inovadora na rede federal de ensino profissionalizante.

3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

São princípios filosóficos norteadores da Educação Profissional de Nível Técnico, especificamente para o Curso Técnico em Defesa Civil, essencialmente, aqueles enunciados e transcritos abaixo pelo Artigo 3º da LDB da edição de Março de 2017, referentes a toda a Educação Escolar, ou seja:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- d) respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- e) coexistência harmônica de instituições públicas e privadas de ensino;
- f) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- g) valorização do profissional da educação escolar;
- h) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- i) garantia de padrão de qualidade;
- j) valorização da experiência extraescolar e,
- k) vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Neste sentido, o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia e da participação crítica, visando à autonomia intelectual do educando.

Para proporcionar essa educação, busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica de formação que pensa as bases ontológicas do pensamento e da atividade humana. No que diz respeito à primeira é estar atento ao fato de não ratificar uma ontologia que recusa qualquer face ou princípio que não esteja pautado na ciência, seja na vida filosófica ou no mundo da práxis. Lukács (1978) demonstra que tudo o que existe, existe em objetivo, ou seja, se move e é movido no interior de um complexo concreto. Os argumentos de Lukács (1978, p. 3) ensinam que:

em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: formas do existir, determinações da existência.

Assim sendo, ao mover e ser movido, o homem constrói perguntas e respostas na medida em que esses movimentos, tanto no âmbito pessoal, quanto da realidade social exigem dele. A consciência desenvolvida por meio desses “moveres” é que “torna possível intervir nessa realidade para modificá-la” (LUKÁCS, 1978, p. 3). Modificando a realidade o homem muda a si mesmo sem, no entanto, eliminar completamente o seu enraizamento social, os seus fundamentos ontológicos de origem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Já no segundo aspecto, o relacionado à atividade humana, enfatiza-se o princípio norteador do trabalho. “Trabalho, assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular”; trata-se do nascimento de um novo ser que se estrutura e dinamiza no próprio trabalho. O mesmo teórico adverte:

a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Avançar para além da perspectiva biológica requer um papel preponderante da consciência e a articulação de uma cadeia de mediações que mudam reiteradamente “tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas [...]” (LUKÁCS, 1978, p. 6). Ser movido e mover deflagra um processo de desenvolvimento das próprias capacidades, na busca de níveis ulteriores. Na interpretação de Lukács (1978, p. 5):

com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca.

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Enfoca-se aqui o princípio da “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Neste processo metodológico buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural de aprendizagem, tendo como um de seus principais precursores Vygotsky (1984; 1987) que defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construído e reflexo das relações dialéticas 'sujeito e mundo', sendo a mente uma construção social e cultural.

Nos fundamentos vygotkianos aprender não diz respeito a uma simples aquisição de informações e também não ocorrem por meio de simplistas associações de ideias que encontram na memória sua guardiã; é mais: trata-se de processo interno, ativo e interpessoal. Aprender é um fenômeno que passa por variações: pode começar por uma atividade que se caracteriza como externa, que é reconstruída e começa a acontecer internamente. Esse processo que era interpessoal é internalizado e essa transformação resulta de um extenso encadeamento de acontecimentos de desenvolvimento.

A teoria histórico-cultural evidencia também que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui. Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino- aprendizagem considera que os sujeitos estão inseridos em um contexto histórico, capazes de agir e refletir sobre o mundo, objetivando transformá-lo. Por conseguinte, os princípios metodológicos devem estar pautados na interação das relações entre os sujeitos envolvidos, propiciando uma formação humana que integre todas as dimensões da vida no processo educativo. Destaca-se que na educação profissional não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Portanto a prática se configura não como situações ou momentos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado.

Nesta perspectiva o IFC atua em atenção aos princípios éticos, estéticos, filosóficos e políticos, no compromisso com a construção de uma sociedade democrática e com crescimento sustentável, na promoção dos valores democráticos e no respeito à diferença e à diversidade. Atua ainda, em observância à interculturalidade e ao reconhecimento dos sujeitos em sua diversidade, considerando, dentre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo bem como, com o reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas.

Pensar a construção de uma sociedade democrática e sustentável remete ao seu aprofundamento nos “processos de pluralização dos atores da representação, e de diversificação do lócus onde ela é exercida”, assim como também o enfoque nas inovações institucionais que visam a acolher diversas formas de participação no desenho e implementação de políticas públicas.

O Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil – modalidade EaD, visa atender igualmente aos estudantes, como sujeitos da ação educacional, independente da condição social e econômica, de seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem. Essas características cabem a Instituição trabalhar, promovendo as habilidades e competências necessárias ao futuro profissional da área. As diretrizes curriculares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

para a educação profissional técnica de nível médio devem retomar a educação profissional, não fragmentada. Nessa concepção não há uma separação hierárquica entre a ciência, a técnica e a tecnologia, e sim uma unidade. Como observa PARIS (2002), no conhecimento humano, nem sempre ciência, técnica e tecnologia são separadas, elas se complementam e se alimentam mutuamente na produção de bens necessários à existência humana.

O contexto atual brasileiro aponta a necessidade de profissionais preparados para o mundo do trabalho e em um mundo social em desequilíbrio, que dominem o conhecimento técnico-científico, mas cuja formação seja alicerçada em princípios éticos, na sustentabilidade e na qualidade das relações interpessoais, valores fundamentais para uma formação sólida. Nesse sentido, atender a demanda de estudantes do curso Técnico Subsequente em Defesa Civil - modalidade EaD, pressupõe oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil, por meio de uma formação que articule e fomenta no aluno a pesquisa, a criatividade, o raciocínio lógico, a consciência crítica e o espírito inovador, para que ele possa operar mudanças na sociedade, ocorrendo articulação com os desenvolvimentos socioeconômico-ambiental e ético. Sendo assim, os estudantes do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil durante o seu processo formativo, serão estimulados, no decorrer de cada unidade curricular, à reflexão dos conceitos construídos para proficiência e conhecimento estratégico, tático e operacional por meio de atividades que levem o estudante a aprimorar seus conhecimentos, tais como projeto integrador, seminários, visitas técnicas, aulas práticas, simulação de vivências relacionadas com a profissão, debates, discussões e palestras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Acredita-se que trabalhando com esses princípios filosóficos e pedagógicos seja possível contribuir para que os estudantes do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil – modalidade EaD, possam conhecer e respeitar os princípios éticos e legais que regem a sociedade atual e no seu âmbito de ação, atuar em meios vistas à melhoria das condições de empatia na vida social e da autoestima humana, de trabalho, de exercício de cidadania e preservação do meio ambiente e, por fim, demonstrar visão humanística, crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade atual.

Entende-se que a formação humana e cidadã precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

3.4 Objetivos do Curso

3.4.1 Objetivo Geral

Formar o profissional para a operacionalização dos procedimentos administrativos, normativos e técnicos nas fases de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação do ciclo da gestão de proteção e defesa civil, conforme preconizado na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

3.4.2 Objetivos Específicos

O profissional Técnico em Defesa Civil do Instituto Federal Catarinense, possui formação que o habilita:

- a) Gerenciar riscos e desastres;
- b) Realizar o monitoramento preventivo de desastres;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- c) Monitorar mudanças climáticas, alertas de emergências e sistemas de informações geográficas;
- d) Coordenar, de forma estratégica, secretarias, entidades e órgãos de poder público, privado e ONG;
- e) Planejar reuniões de núcleos comunitários de proteção e defesa civil;
- f) Orientar e mobilizar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção, preparação, resposta e recuperação em situação de eventos adversos/desastres e promover a autoproteção;
- g) Promover e coordenar ações de recuperação de eventos adversos/desastres;
- h) Promover políticas públicas para redução dos riscos de eventos adversos/desastres;
- i) Estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
- j) Produzir alertas antecipados e possibilitar mecanismos de comunicação com base no monitoramento sobre a possibilidade de ocorrência de eventos adversos e/ou desastres naturais;
- k) Oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
- l) Elaborar planos de contingência de proteção e defesa civil;
- m) Elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos e,
- n) Realizar pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos em proteção e Defesa Civil.

Conhecimentos da área do saber (CNCT/MEC)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Proficiência e conhecimento estratégico, tático e operacional. - Conhecimentos e saberes relacionados aos processos de projetos, planejamento e gestão, tanto no setor público quanto no privado, em situações de eventos adversos e possíveis desastres de origem natural ou tecnológica. - Conhecimento técnico para interpretar, monitorar e gerenciar condições geológicas, meteorológicas, climatológicas, epidemiológicas e outras condições fortuitas ligadas a condições de meio ambiente, natureza e ambiente antropizados. - Capacidade de assegurar a saúde e a segurança dos cidadãos e a sustentabilidade do desenvolvimento urbano. - Conhecimentos e saberes relacionados às normas técnicas, à liderança de equipes, à solução de problemas técnicos e trabalhistas e à gestão de conflitos.

3.5 Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso dos alunos no Curso Técnico em Defesa Civil se dará através da inscrição e participação em processo seletivo, regido por edital ou processo de seleção próprio. Uma vez aprovado no processo seletivo, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio mediante apresentação do histórico escolar para a efetivação da matrícula no curso.

São requisitos de acesso para os interessados no Curso de Técnico Subsequente em Defesa Civil:

- a) Ter concluído o Ensino Médio e ser aprovado no processo seletivo do IFC, de acordo com as normas definidas pela Instituição em edital;
- b) Ter concluído o Ensino Médio e ter participado de outra forma de ingresso ou acesso proposta pela Instituição em edital com instituições parceiras e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

c) O ingresso ainda poderá se dar por reintegração (estudante com matrícula cancelada), transferência (interna ou externa) e ingresso de diplomado (diplomado em outro curso técnico).

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

4.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

4.1.1 Políticas de Ensino

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos câmpus, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265)

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

(re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

3.1.2 Políticas de Extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente o desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão: A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine que non* na orientação de nossa práxis extensionista.

3.1.3 Políticas de pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações da pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

4.2. Política de Atendimento ao Estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

4.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão

Parte da arquitetura do Campus Camboriú, refere-se ao modelo da década de 50, período da sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú, quando ainda não havia preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O acesso seguro e autônomo às vias públicas e às edificações foi implantado através de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004). As novas edificações apresentam desde o projeto, os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização.

Neste sentido observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em antiga, reformada e nova.

Quanto à construção antiga, no que se refere à área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 (largura) x 1,90 (profundidade) é parcial. No que se refere à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, conforme determina a NBR 9050/2004.

A construção antiga possui acesso a andares superiores através de escada que possuem patamar a cada 3,20 m de desnível quando há mudança de direção, além dos corrimões possuírem acabamento recurvado e estarem na altura correta, entre 0,70 m e 0,92 m, há também a opção de um elevador.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Quanto à circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 m e possuem 1,50 m de largura, as portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 m, conforme NBR 9050/2004.

De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual.

Quanto à área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfonos, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, atendendo a NBR 9050/2004.

O acesso e a sinalização das partes reformadas e novas, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm. Rampas com largura mínima de 1,20 m, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 m de desnível em mudança de direção. Corrimãos com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 m e 0,92 m.

A circulação interna dos prédios, reformados e novos, possuem corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m com 1,20 m de largura, corredores com extensão superior a 10,00 m com 1,50 m de largura. Portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 m e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 m, suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m.

Os banheiros da estrutura reformada há reservas para pessoas com deficiência, a bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 e 0,48 (com a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

tampa do assento), o acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

E a acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre para circulação de uma pessoa possui a largura mínima de 1,20 m, parcialmente para circulação de duas pessoas com largura mínima de 1,80 m. Espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) rotação de 90 graus possui o mínimo de 1,20 m por 1,20 m. E para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus também possui o mínimo de 1,50 m por 1,20 m. Ainda para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50 m.

Quanto à área de alcance, a altura dos interfonos, telefones e similares estão entre 0,80 m e 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m a 1,00 m. Estão parcialmente dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral.

Para com os banheiros da construção nova, existem sanitários reservados para pessoas com deficiência, estão parcialmente localizados dentro de uma rota acessível, o sanitário para pessoas com deficiência possui barras de apoio acessíveis, a bacia do referido sanitário possui uma circunferência de acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m. Há lavatório a uma altura de 0,78 m e 0,80 m.

Quanto às vagas para veículos, perto da biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. As vagas para veículos na lateral e nos fundos das instalações também possuem reserva para pessoas com deficiência com a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

De modo geral a acessibilidade na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula convencionais e laboratórios são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na biblioteca há publicações em braille. Na faixa livre de circulação há rampas.

O Campus Camboriú, possui para além da infraestrutura física, a política educacional que prevê a acessibilidade, como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, o qual oferece suporte às pessoas com necessidades específicas.

Em relação aos discentes cegos e/ou com baixa visão, as providências e soluções tecnológicas como aquisição e/ou desenvolvimento de softwares e de ambientes virtualmente acessíveis, bem como de tecnologias assistidas ou ajudas técnicas (braille), estão sendo estimuladas pelo Centro de Formação de Técnicos e Instrutores de Cães - Guia. Estruturado a partir de 2011, o referido Centro também executa, desde 2013, uma formação de pós-graduação em treinador e instrutor de cães-guia e promoção de eventos correlatos com o tema.

Quanto à política de acessibilidade educacional, o Campus possui, desde o ano de 2018, o Atendimento Educacional Especializado, que é formado por uma equipe interdisciplinar composta por uma docente formada em Educação Especial, por uma orientadora educacional e pelo psicólogo do Campus. Esta equipe realiza o atendimento e acompanhamento dos alunos, público alvo da educação especial, que estão regularmente matriculados nos diferentes cursos ofertados pelo Campus. Para o atendimento dos discentes surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), há o Núcleo Bilíngue Libras/ Língua Portuguesa (NUBI). Este núcleo, constituído pelo professor de Libras do Campus e pela intérprete de Libras,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

realizam o acompanhamento destes alunos na instituição, bem como, por toda parte de acessibilidade linguística que diz respeito à Libras, ou seja, tradução de editais para Libras, interpretação dos eventos institucionais e interpretação no contexto educacional (sala de aula), bem como orientação a respeito da identidade e “cultura surda.”

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 Perfil do Egresso

O egresso do curso Técnico em Defesa Civil, do Instituto Federal Catarinense, possui formação pautada na politecnia e omnilateralidade, ou seja, formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso está habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho.

São compreendidas como componentes do perfil do egresso e da atuação profissional do Técnico em Defesa Civil:

- a) Atua de forma sistêmica na gestão de riscos de desastres e na gestão de desastres de origem natural, social ou tecnológica, e nos procedimentos administrativos e normativos em Proteção e Defesa Civil;
- b) Prepara planos de contingência e de mobilização comunitária em Proteção e Defesa Civil;
- c) Atua na preparação conjunta de plano diretor de defesa civil, estimulando a resiliência e os processos sustentáveis, promovendo a continuidade das ações de proteção e defesa civil nas comunidades;
- d) Planeja, mobiliza e sensibiliza a comunidade para reuniões de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- e) Trabalha em equipes multidisciplinares e/ou interinstitucionais na realização de atividades relacionadas à atenção básica de Proteção e Defesa Civil e de investigação de riscos em estruturas edificadas e processos de trabalho e produção com potencial sinistroso;
- f) Participa de equipes de reconstrução de comunidades e cenários atingidos em desastres;
- g) Atua em gestão de riscos e desastres em empresas públicas e privadas, quanto a eventos adversos relacionados a classificação brasileira de desastres;
- h) Atua em parcerias interinstitucionais, civil e militar, nos planos federal, estadual e municipal, como gestor/coordenador de crises provocadas por razão natural, social ou tecnológica e, fomentando projetos educacionais, de pesquisa e de extensão;
- i) Desenvolver competências técnica e tecnológica em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- j) Continuar aprendendo e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
- k) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- l) Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes e,
- m) Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza.

5.2 Organização Curricular

5.2.1 Interdisciplinariedade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

Para avançar na direção da interdisciplinaridade ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto pelos docentes de todas as disciplinas do semestre, buscando:

- a) planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) melhor utilização dos laboratórios;
- c) evitar sobreposição de conteúdo;
- d) estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;
- e) uniformizar critérios de avaliação;
- f) maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;
- g) realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;
- h) contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

i) discutir e programar ações integradas na viabilização da realização do estágio supervisionado, este sendo do interesse do estudante e quando os temas descritos no relatório estiverem relacionados com as disciplinas.

O Curso Técnico em Defesa Civil apresenta em sua organização curricular, a disciplina de Projeto Integrador no terceiro semestre do curso, como uma oportunidade de integrar os conhecimentos adquiridos através de um projeto de intervenção com componentes multidisciplinares e com objetivos operacionais. A disciplina se propõe como fechamento didático do curso verificar os objetivos específicos alcançados e características importantes para a atuação do Técnico em Defesa Civil como: a) conhecimento em assuntos estratégicos, em planejamento tático-operacional; b) conhecimentos e saberes para a elaboração de projetos em situações de eventos adversos e em redução de riscos e desastres de origem natural ou tecnológica; c) conhecimento técnico adquirido para interpretar as condições de riscos geológicos, climatológicos, meteorológicos, epidemiológicos e outras condições e impactos ambientais ou de antropização do ambiente; d) capacidade de discutir a saúde, segurança e a sustentabilidade da sociedade humana e, e) conhecimentos e saberes desenvolvidos em relações humanas, soluções de problemas técnicos, de importância trabalhista e à gestão de conflitos. Tais características citadas são expressas e orientadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT.

5.2.2 Curricularização da Pesquisa, Inovação e Extensão

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a existência da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

I- Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

II- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais.

III- Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

IV- Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

V- Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

1. Programa: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;
2. Projeto: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
3. Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;

4. Evento: ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;
5. Publicações acadêmicas: produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
6. Outras ações: conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

As estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devem constituir componente (s) curricular(es) da matriz, podendo ser contempladas da seguinte forma:

II. Como parte da carga horária de disciplina (s):

10 horas na disciplina de Projeto Integrador.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

III. Como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa devidamente cadastrada na instituição:

30 horas em Cursos de Extensão e Evento

As estratégias de curricularização da extensão, da pesquisa e inovação, definidas neste PPC, ocorrerão da seguinte forma:

Visando atingir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a curricularização da pesquisa e extensão será organizada em 40 (quarenta) horas da organização curricular do Curso Técnico em Defesa Civil, sendo 10(dez) horas na disciplina de Projeto Integrador e 30 horas na organização e carga horária em cursos de extensão e evento.

5.2.2.1 Projetos de Extensão

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade. Os projetos de extensão compreendem projetos relacionados à promoção da extensão acadêmica, objetivando a divulgação do conhecimento tecnológico e oportunizar o desenvolvimento de habilidades por parte dos estudantes, no relacionamento do conhecimento com a comunidade.

O Curso Técnico em Defesa Civil do IFC – Campus Camboriú, em relação aos projetos de extensão já consolidados, sinaliza a seguinte oferta de atividades de extensão:

- a) Programa de Curso de Extensão em Proteção e Defesa Civil nas Escolas, sendo ofertado e planejado em parceria com a estrutura da Defesa Civil a nível estadual e municipal;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- b) Cursos de Extensão em Formação Continuada em Primeira Resposta a Sinistros com Produtos Perigosos e Ambientais, Gerenciamento de Emergências e Incidentes e de Combate a Incêndios, direcionados às demandas de educação e qualificação profissional das associações de bombeiros voluntários, bombeiros comunitários, brigadistas e socorristas;
- c) Evento denominado “Dia da Comunidade”, como atividade anual de interesse técnico, social, científico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna, a ser realizada no espaço do campus, com desenvolvimento de oficinas e palestras referentes ao tema de proteção e defesa civil.

A integração das atividades de extensão com a execução dos componentes curriculares presentes na organização curricular será através da elaboração e revisão dos planos de trabalho e dos projetos pedagógicos dos cursos de extensão e de eventos, durante a oferta da disciplina de Projeto Integrador (Curso de Extensão de Formação Continuada em Combate a Incêndios; Curso de Extensão em Formação Continuada em Primeira Resposta a Sinistros com Produtos Perigosos e Ambientais e Curso de Extensão em Formação Continuada em Gerenciamento de Emergências e Incidentes).

As atividades de elaboração e revisão dos planos de trabalho e dos projetos pedagógicos dos cursos de extensão e de eventos, durante a integração com as ementas dos componentes curriculares, proporcionam aos discentes uma visão sistêmica da aplicação comunitária do conhecimento existente e construído, considerando os aspectos técnicos, científicos, jurídicos e socioculturais dos temas abordados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Os documentos e os procedimentos de parcerias e convênios referidos ao projeto de extensão devem respeitar os trâmites divulgados pela Coordenação de Extensão, de Estágios e de Egressos do Campus.

5.2.2.2 Projetos de Pesquisa e Inovação

Compreende projetos relacionados à iniciação científica e de inovação tecnológica, objetivando a exploração do conhecimento científico e tecnológico, a investigação da informação e oportunizar o desenvolvimento de habilidades por parte dos estudantes.

O Curso Técnico em Defesa Civil do IFC – Campus Camboriú, em relação aos projetos de extensão já consolidados, sinaliza a oferta de atividades de extensão: a) Programa de Curso de Extensão em Proteção e Defesa Civil nas Escolas; b) Cursos de Extensão em Formação Continuada em Primeira Resposta a Sinistros com Produtos Perigosos e Ambientais, Gerenciamento de Emergências e Incidentes e de Combate a Incêndios e, c) Evento denominado “Dia da Comunidade”, sendo assim, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça a troca de saberes, conhecimento e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.

As ações citadas necessitam de permanente revisão de seus planos de trabalhos e dos processos de ensino/extensão, que devem estar embasados em atividades de pesquisa, com levantamento de dados e revisão bibliográfica, dos seus conteúdos aplicados e de metodologias de ensino e aprendizagem a serem discutidos e renovados nos cursos de extensão, considerando o(s) objetivo(s) da ação de extensão e seus impactos no desenvolvimento socioambiental.

A integração das atividades de pesquisa com a execução dos componentes curriculares presentes na organização curricular será através do levantamento e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

sistematização de dados e fatos, levantamento de conteúdos emergentes através da revisão bibliográfica e relacionar os possíveis impactos positivos da determinada ação de extensão, durante a oferta da disciplina de Projeto Integrador (Curso de Extensão de Formação Continuada em Combate a Incêndios; Curso de Extensão em Formação Continuada em Primeira Resposta a Sinistros com Produtos Perigosos e Ambientais e Curso de Extensão em Formação Continuada em Gerenciamento de Emergências e Incidentes).

As atividades de pesquisa, durante a integração com as ementas dos componentes curriculares, proporcionam aos discentes, o desenvolvimento de habilidades mentais e manuais como a observação, a análise, a classificação e à capacidade de síntese, bem como, o aprendizado no usufruto de recursos tecnológicos e instrumentais.

Os documentos e os procedimentos referidos ao projeto de pesquisa e inovação devem respeitar os trâmites da Coordenação de Pesquisa e Inovação Tecnológica do Campus e da Comissão de Ética do IFC.

5.2.3 Atividades Curriculares Complementares

Não há aplicação de atividades curriculares complementares.

5.2.4 Atividades de Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática de 10/2021 do IFC, em seu artigo 47, § 2º O PPC deve prever a prática profissional a ser desenvolvida no decorrer do curso. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional prevista Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

EaD prevê 162 horas de carga horária prática.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

As atividades de práticas profissionais são de fundamental importância para o desenvolvimento de habilidades mentais e manuais, como a observação, a análise, a síntese, a classificação, o registro e a operacionalidade do conhecimento técnico adquirido pelo profissional a ser formado. Tais habilidades adquiridas associadas à capacidade de relacionamento e de comunicação culminam na mudança de atitudes dos agentes envolvidos na resolução de questões ligadas às fases do ciclo da proteção e defesa civil.

A dinâmica de oferta de aulas práticas deverá estar contemplada em cada plano de ensino das disciplinas com prática profissional, sendo estas de responsabilidade do docente.

As atividades de práticas profissionais acontecerão nas seguintes disciplinas: Introdução à Proteção e Defesa Civil; Geociências I; Topografia e Instrumentação; Gestão de Riscos e Desastres; Primeiros Socorros; Prevenção e Controle de Incêndios; Mobilização Comunitária e Administração; Tecnologia e Controle de Sinistros e, Projeto Integrador, conforme quadro a seguir:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

DISCIPLINAS	Carga Horária Prática Profissional	Conteúdo
Introdução e Comunicação	10 horas	Aspectos Práticos em Defesa Civil: ambiente virtual de aprendizagem, recursos instrumentais e de logística. Comunicação Operacional: radiocomunicação e comunicação digital.
Geociências I	04 horas	Visualização de diferentes perfis de solo e as relações com os fatores de formação, descrição morfológica do perfil, principais propriedades físicas do solo.
Tecnologia e Controle de Sinistros	10 horas	Exercícios práticos. Exercícios Simulados.
Gestão de Riscos e Desastres	10 horas	Exercício simulados
Primeiros Socorros	24 horas	Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DESA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma e Imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas.
Geociências II	02 horas	Visita técnica
Prevenção e Controle de Incêndios	04 horas	Fenomenologia da Combustão: classes de incêndio. Métodos de Extinção: características e aplicabilidade dos agentes extintores. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios: aparelhos extintores.
Mobilização Comunitária e Administração	10 horas	Visita técnica. Exercício em logística humanitária.
Topografia e Instrumentalização	10 horas	Levantamento de dados em campo utilizando equipamentos. Processamento das informações em laboratório de informática.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		Utilização de sistema informatizado para geoprocessamento.
Projeto Integrador	16 horas	Estudos de Casos e Seminários.
TOTAL	100 horas	

5.2.5 Trabalho de Conclusão de Curso

Não há aplicação de trabalho de conclusão de curso (TCC).

5.2.6 Estágio Curricular Supervisionado

5.2.6.1 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O estágio profissional supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, a luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, observada a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Conforme o Artigo 1º da Lei Nº 11.788/2008, “o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Os estudantes poderão realizar estágios que complementam algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área. Caso o estudante decida realizar esta atividade para o seu aperfeiçoamento profissional, deverá cumprir no mínimo 120 (cento e vinte) horas de estágio, podendo ser realizado em qualquer semestre letivo do curso, podendo ser prolongado por solicitação do estudante e com a ciência e aprovação pelo colegiado do curso.

Deve ter obrigatoriamente, conforme o Artigo 169 da nova Organização Didática dos Cursos do IFC (Resolução 10/2021):

I - Orientador do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, docente do IFC da área a ser desenvolvida no estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade. A atividade de orientação será coletiva, quando o docente orienta um grupo de estudantes durante as práticas e o seu registro, relacionada ao campo de estudos do estágio.

II - Supervisor de campo, profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Quando não houver aulas presenciais o estágio poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

Os documentos e os procedimentos referidos ao estágio supervisionado não obrigatório, devem respeitar os trâmites divulgados pela Coordenação de Extensão, de Estágios e de Egressos do Campus.

5.3 Atividades de Ensino a Distância (EaD)

A oferta de um curso na modalidade a distância requer cuidados especiais. O planejamento e a descrição dos processos são elementos fundamentais para operacionalização assertiva das práticas previstas no PPC, e devem estar alinhadas com a legislação educacional vigente e com as normativas institucionais.

Conforme a Organização Didática dos Cursos do IFC (Resolução no 10/2021), entende-se por Ensino a Distância (EaD) a modalidade ou metodologia educacional, na qual a mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e docentes desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

5.3.1 Contextualização e Justificativa da Oferta do Curso na Modalidade de Ensino a Distância

O Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, com carga horária total de 825 horas, será majoritariamente pela modalidade de Ensino a Distância (EaD),



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

sendo destas, 186 horas (23%) acontecerão por meio de atividades de ensino presencial.

O requerimento por parte da administração da Defesa Civil estadual (Anexo 02 e Anexo 03) da oferta do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), ressaltando a necessidade do Instituto Federal Catarinense contribuir na formação destes profissionais, ampliando suas fronteiras de atuação e contribuindo para que todo o Estado seja contemplado conforme preconiza inclusive o Marco de Sendai que o Brasil é signatário.

A oferta de cursos na modalidade a distância está alinhada com a missão institucional e visa diminuir a evasão dos discentes, pois permite a flexibilização do currículo e a realização de atividades no ambiente virtual no tempo e em espaço definido pelo aluno.

5.3.2 Estrutura Física Existente no Campus

A estrutura física existente no IFC Campus Camboriú envolvida para com o Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil pode ser citada como salas de aula climatizada com capacidade para 40 (quarenta) alunos, laboratório de informática básica, biblioteca com acervo específico, espaço aberto compatível para as práticas de geociências, topografia e instrumentação e a realização de simulados. Os laboratórios didáticos denominados Laboratório de Suporte Básico à Vida, Laboratório de Prevenção Controle de Incêndios, Laboratório de Cenários e Simulação, Laboratório de Gestão de Desastres são laboratórios existentes e citados como estrutura mínima no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

5.3.3 Atividades de mediação pedagógica (tutoria)

A mediação no IFC é compreendida como princípio educacional, os docentes do curso podem atuar desde a concepção do projeto pedagógico; na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

organização dos conteúdos e desenvolvimento dos materiais didáticos e, também, na mediação pedagógica, respeitando as normativas institucionais e a legislação vigente.

A mediação pedagógica acontece de forma planejada e alinhada com a estrutura curricular proposta no PPC, com vistas ao desenvolvimento do Perfil Profissional de Conclusão. A mediação pode acontecer por meio do ambiente virtual de ensino e aprendizagem ou, ainda, na forma de atendimentos presenciais aos discentes (agendados com o mediador), para retirada de dúvidas e para alinhamento do processo de ensino-aprendizagem.

A realização de atividades síncronas e assíncronas favorece o desenvolvimento da aprendizagem e aproxima o estudante do curso. De acordo com Moraes (2004), um dos objetivos para o sucesso do ensino na EaD é a redução da sensação de distanciamento

A oferta do curso na modalidade em EaD é articulada pelo Centro de Educação a Distância (CEaD) do IFC, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sendo que os elementos básicos inerentes à oferta de EaD compreendem o uso das tecnologias, ambiente virtual de aprendizagem, material didático, o laboratório didático em EaD e equipe multidisciplinar ou docentes do curso responsáveis pelo acompanhamento técnico. As aulas síncronas serão realizadas de acordo com o conteúdo exposto nos planos de ensinos, em horário do cronograma escolar determinado pela Coordenação Geral de Ensino, no turno vespertino\noturno. A ferramenta tecnológica será o google meet de contrato institucional.

Quadro 01: Relação do corpo docente e experiência com Ensino a Distância:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Professor	Componente Curricular	Experiência em EaD
Cleonice Beppler	Introdução à Proteção e Defesa Civil/Segurança do Trabalho/Mobilização Comunitária e Administração/Projeto Integrador/Informática Básica/Gestão de Projetos	Mediação em Ensino a Distância em projetos de extensão. Tutorial na ferramenta Moodle.
Rodrigo da Costa Nery	Topografia e Instrumentação/Gestão de Riscos e Desastres/Tecnologia e Controle de Sinistros/Projeto Integrador/Informática Básica/ Gestão de Projetos	Mediação em Ensino a Distância em projetos de extensão. Tutorial na ferramenta tecnológica Moodle.
Marcos Alexandre Heinig	Introdução à Proteção e Defesa Civil/Primeiros Socorros/Prevenção e Controle de Sinistros.	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante de cursos.
Gilmar Bolsi	Legislação Aplicada	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		de cursos.
Leonardo Talavera Campos	Estatística	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante de cursos.
Flávia de Souza Fernandes	Saúde Pública	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante de cursos.
Cristiane Regina Michelin	Monitoramento Ambiental	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante de cursos.
Nadia Rocha Veriguine	Psicologia do Desastre	Graduação em Psicologia. Licenciatura em Psicologia. Doutorado em Psicologia
Cristiane Regina Michelin	Geociências I / Geociências II	Experiência na ferramenta tecnológica Moodle como participante de cursos.

A experiência do corpo docente favorece que este realize o reconhecimento das dificuldades apresentadas pelos discentes ao longo do processo formativo. Além disso, ao identificar essas dificuldades, os mediadores buscam utilizar estratégias adequadas para superação desta realidade: relacionando teoria e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

prática; apresentando contextos significativos e contextualizados; estabelecendo estratégias diferenciadas e colaborativas com outros docentes, buscando contemplar, desta forma, diferentes padrões cognitivos de aprendizagem. Isso é possível, pois há uma proposta de formação pedagógica fomentada pela instituição que busca fortalecer os mediadores, para que desenvolvam habilidades práticas e atitudinais compatíveis com a modalidade à distância, no entendimento de que esse critério é fator primordial para qualidade da oferta e para a permanência e êxito dos estudantes.

Assim, para o desenvolvimento adequado da mediação em sua estrutura didático-pedagógica, a instituição prevê formação específica e continuada, para atuação na modalidade à distância, fortalecendo as perspectivas educacionais de domínio do conteúdo; utilização de linguagem compatível com a modalidade de ensino; acompanhamento da aprendizagem dos discentes durante o processo formativo; divulgação de boas práticas; utilização adequada e inovadora dos recursos e ferramentas tecnológicas; e entendimento sobre a avaliação, considerando que a mesma acompanha toda a estrutura do processo pedagógico.

Ainda nesse sentido, está previsto acompanhamento das práticas dos mediadores, pelo suporte pedagógico do NEaD e pela coordenação de curso, objetivando alinhá-las e/ou potencializá-las à luz da proposta pedagógica institucional e da legislação vigente. Estão previstas, também, avaliações realizadas pelo discente, considerando as práticas de mediação, e a estrutura didático-pedagógica ofertada, buscando identificar ações de alinhamento das práticas e aperfeiçoamento dos mediadores e da infraestrutura, para ações futuras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Vale enfatizar que tanto o olhar do suporte pedagógico, realizado pelo NEaD; quanto o olhar técnico referente à implementação do currículo, pelo coordenador do curso; e a avaliação realizada pelos discentes, referem-se às práticas desenvolvidas e não às atuações individualizadas. Com a perspectiva de que se apresentam diferentes olhares que convergem em prol da qualidade da oferta da EaD na instituição, estes não devem ser considerados isoladamente. Por este motivo, entende-se de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias de comunicação entre as equipes, por meio de reuniões periódicas de alinhamento, devidamente registradas, com o objetivo de propor estratégias para melhoria da oferta formativa.

5.3.4 Equipe Multidisciplinar

De acordo com Moraes (2004), a constituição de uma equipe multidisciplinar preparada para atuar com as demandas da EaD, além de ser uma exigência legal, torna possível desenvolver uma educação de qualidade nesta modalidade de ensino.

O Centro de Educação a Distância (CEaD) do IFC, possui estrutura multicampi e está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. É composto por equipe multidisciplinar, estendendo-se ao campus Camboriú, por meio do Núcleo de Educação a Distância (NEaDs), que tem como responsabilidade prestar suporte pedagógico e tecnológico, *in loco*, nas ofertas de cursos EaD; participando também da concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para esta modalidade.

O NEaD do campus Camboriú, por meio de sua equipe multidisciplinar, desenvolve estratégias e procedimentos, visando garantir acesso a todos os participantes, considerando a estrutura institucional disponível. Além disso, possui



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

seus processos de trabalho formalizados, por meio de planejamento documentado; acompanhamento e operacionalização registradas.

O quadro abaixo apresenta a estrutura do NEaD do campus Camboriú, sua atribuição no núcleo e experiência com a EaD.

Quadro 02: Relação dos integrantes da equipe multidisciplinar e experiência com Ensino a Distância:

Nome do Servidor	Cargo	Equipe multidisciplinar	Experiência com a modalidade ensino a distância (EaD)
Magali Dia de Souza	Professora EBT	Suporte Pedagógico	Doutorado em Informática na Educação (2014); Curso Tecnologias da Informação e Comunicação no Contexto Educacional. (2020); Curso Utilização do Ambiente Moodle (2016); Tutora-Orientação em Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (2015); Tutora a Distância (2011).
Elisete da Silva	Professora EBT	Suporte Técnico	Designer Gráfico
Guillermo Gongora Figoli	Técnico em TI	Suporte Técnico	Administrador do Moodle IFSC - período 5 anos
Neusa Denise	Pedagoga	Suporte	Cursos em andamento / a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Marques de Oliveira		Pedagógico	serem realizados: Formação em EaD
---------------------	--	------------	-----------------------------------

Além do suporte técnico e pedagógico, a secretaria acadêmica do campus Camboriú, fará todo o registro e guarda documental; acompanhamento dos procedimentos de matrícula, avaliação e certificação dos estudantes.

5.3.5 Tecnologias de Informação e Comunicação

As TIC adotadas no processo de ensino aprendizagem favorecem a operacionalização do projeto político pedagógico do curso de Tecnologias em Sistemas para a Internet, possibilitando interatividade dos atores envolvidos, entre si e com o conteúdo; acessibilidade digital e comunicacional, por meio das ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA); favorecendo diferentes experiências de mediação, estudo e aprendizagem, de acordo com o planejamento do seu uso.

A infraestrutura de tecnologias estabelecida e disponível para os estudantes e docentes, proporcionará suporte tecnológico, científico e instrumental aos componentes curriculares em EaD, como computadores para acesso ao AVA; acesso a livros; laboratórios específicos e ambiente de gravação e/ou transmissão de aulas; bem como outros elementos que se fizerem pertinentes para operacionalização do PPC.

5.3.6 Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem

O AVEA usado no Instituto Federal Catarinense será o Moodle (moodle.org), um dos mais populares LMS (Learning Management System) do mundo, por ser extremamente modular, é possível implantar e utilizar inúmeros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

módulos de tarefas, provas, recursos multimídia, livros, publicações virtuais, ligar com tipos conhecidos de sistemas de conteúdo para educação a distância como o SCORM (Sharable Content Object Reference Model), sistema de gerenciamento de conteúdo multiplataforma.

O sistema permite ainda, backup e restauração de cursos assim como cópia de parte ou de todo o conteúdo de um curso para um outro novo, auxiliando professores e administradores na padronização dos cursos. A criação de identidade visual própria da instituição também é uma possibilidade, através de temas, permitindo reconhecimento imediato do ambiente por parte de qualquer usuário.

O Moodle permite o uso de recursos distribuídos, usando banco de questões para tarefas em vários cursos; possibilita a criação de recursos multimídia, como livros e vídeos. Com outros módulos, é possível a interação através de mensagens, emails e web-conferências de alunos, mediadores (docentes) e equipe de suporte. O moodle também possui ferramentas de acessibilidade e permite criação de tarefas e recursos específicos para esse fim.

O AVEA será utilizado pelos docentes para disponibilizar os materiais de estudo, os conteúdos, para registro dos momentos presenciais e síncronos e, também, das notas. Além disso o mesmo permite desenvolver a cooperação e mediação entre estudantes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. A utilização de AVEA é de uso obrigatório pelo docente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.3.7 Material Didático

Os materiais didáticos do Curso Técnico em Defesa Civil são selecionados, organizados e/ou desenvolvidos pelos professores mediadores e disponibilizados por meio do AVEA (ambiente virtual de ensino aprendizagem).

Estes materiais são definidos como ferramentas ou meios para facilitar a construção do conhecimento e mediar à interlocução entre estudante e mediador. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, em consonância com o perfil do egresso, com os objetivos do curso e a estrutura curricular proposta no PPC.

Os materiais didáticos no IFC, para o Curso Técnico em Defesa Civil, dividem-se em duas frentes:

1. Livro/apostila didático e/ou material didático, desenvolvido ou selecionado pelo mediador responsável pelo componente curricular.
2. Conteúdos didáticos, videoaulas, podcasts e artigos organizados de forma intencional e significativa no ambiente virtual de ensino-aprendizagem.

Importante: Em ambas as perspectivas os materiais devem ter aprofundamento e coerência teórica; estar alinhados com os objetivos do componente curricular e organizados com linguagem inclusiva e acessível, favorecendo a autoinstrução e potencializando a aprendizagem mediada.

Os materiais a serem utilizados no curso considerarão as necessidades dos/das estudantes com condições específicas (deficiências e limitações motoras), tanto no que se refere ao modo como utilizam o computador, a internet e os recursos digitais, quanto no que diz respeito a acessibilidade do AVEA e dos recursos didáticos.



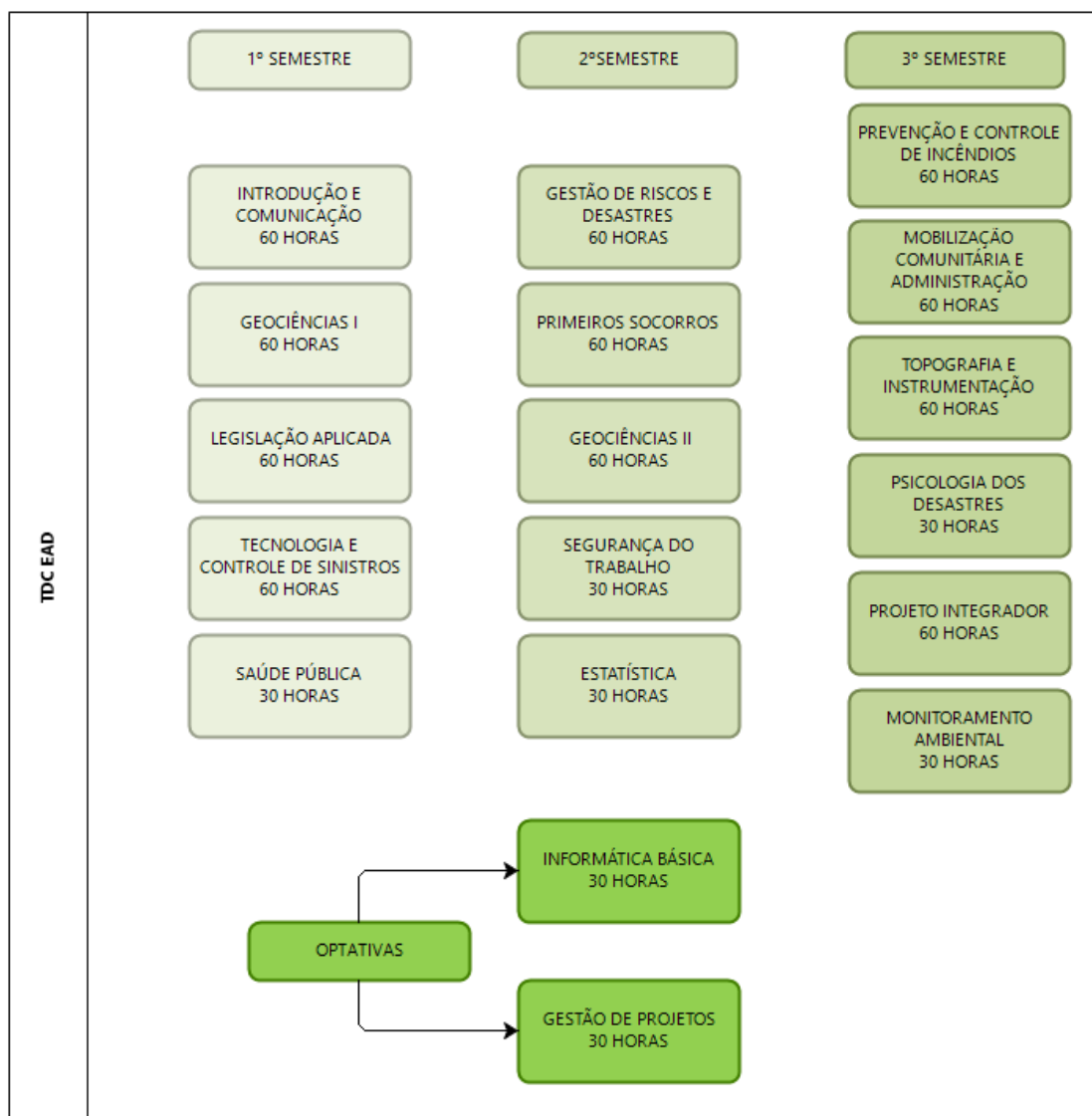
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A coordenação do curso deve informar aos estudantes no início de cada período letivo os componentes curriculares ofertados em EaD no semestre, oportunizando aos estudantes ambientação para o uso das TIC's utilizadas nos componentes curriculares com oferta em EaD, como também, possibilite ao estudante manifestar suas dificuldades a fim de ser acompanhado com maior atenção, caso necessário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.3.8. Representação Gráfica da Matriz Curricular





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.4 Matriz Curricular

DISCIPLINAS	Carga Horária (horas)	Carga Horária		Carga Horária Ensino à Distância	Curricularização de Pesquisa e Extensão (horas)
		Presencial			
		Ensino Teórico	Prática Profissional		
1º SEMESTRE					
Introdução e Comunicação	60	4	10	46	
Geociências I	60	4	4	52	
Saúde Pública	30	4	0	26	
Legislação Aplicada	60	4	0	56	
Tecnologia e Controle de Sinistros	60	4	10	46	
SUBTOTAL	270	20	24	226	
2º SEMESTRE					
Estatística	30	4	-----	26	
Gestão de Riscos e Desastres	60	4	10	46	
Primeiros Socorros	60	2	24	34	
Geociências II	60	4	2	54	
Segurança do Trabalho	30	2	-----	28	
SUBTOTAL	240	16	36	188	
3º SEMESTRE					
Prevenção e Controle de Incêndios	30	2	4	24	
Monitoramento Ambiental	30	4	-----	26	
Mobilização Comunitária e Administração	60	10	10	40	10
Topografia e Instrumentação	60	2	10	48	
Psicologia do Desastre	30	4	-----	26	
Projeto Integrador	60	2	16	42	60
SUBTOTAL	270	24	40	206	70
Optativa	30	2	-----	28	
TOTAL	810	62	100	648	70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.4.1. Componentes Optativos

Componente Curricular Optativo	Carga Horária
Informática Básica	30 horas
Gestão de projetos	30 horas

5.5 Relação Teoria e Prática

A relação entre a teoria e prática tem a finalidade de fortalecer o conjunto de elementos norteadores da aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, necessários à concepção e à prática da profissão, tornando o profissional eclético, crítico, ético e criativo para a solução das diversas situações requeridas em seu campo de atuação.

A dinâmica de oferta de aulas práticas supervisionadas nas disciplinas da matriz curricular que ofertarão as atividades de prática profissional deverá estar contemplada em cada plano de ensino das disciplinas, sendo estas de responsabilidade do professor da mesma e com o acompanhamento do setor pedagógico. A estrutura existente da instituição possibilitará por meio de seus laboratórios didáticos e de pesquisa, a execução das atividades práticas previstas no plano de ensino.

O Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil prevê 120 (cento e vinte) horas de prática profissional supervisionada a serem realizadas presencialmente com a mediação do docente responsável pelas disciplinas contempladas.

5.6 Avaliação

A avaliação da aprendizagem escolar, é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

O professor informará aos estudantes, por meio da apresentação do Plano de Ensino no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- I - Avaliação escrita;
- II - Avaliação oral ou prático-oral;
- III - Avaliação prática;
- IV - Trabalho individual ou em grupo;
- V - Seminário;
- VI - Estudo de caso;
- VII - Resenhas e artigos;
- VIII - Relatório de atividades;
- IX - Relatório de visita técnica;
- X - Portfólio;
- XI - Webquest;
- XII - Autoavaliação;
- XIII - Dramatização;
- XIV - Desenho;
- XV - Maquete;
- XVI - Experimentação;
- XVII - Álbuns.

O docente adotará os instrumentos de avaliação que julgar mais adequado e eficiente, para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de notas.

§ 3o Em cada ciclo deverá ser utilizado instrumentos diversos de avaliação.

É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), nos cursos que possuem exame final; ou

II - ter média parcial igual ou superior a 6,0 (seis), nos cursos que não possuem exame final.

O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 tem direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula: Média Final= Média do Período+Notado Exame Final $2 \geq 5,0$

O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. O estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

O Regime de Dependência poderá ter seu tempo concentrado, desde que seja cumprido todo o conteúdo programático necessário para o(s) aluno(s) alcançar(em) aproveitamento mínimo para progressão. A disciplina da dependência deverá ter, no mínimo, 20% da carga horária presencial do componente curricular regular.

Conforme Organização Didática, Art. 210 nos cursos subsequentes o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem. A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Na modalidade de Ensino a Distância, considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse sentido, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de maneira integrada ao processo de ensino e aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- definição de conhecimentos significativos;
- divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os alunos;
- divulgação dos resultados do processo avaliativo;
- estratégias cognitivas e metacognitivas, como aspectos a serem considerados na correção;
- importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A avaliação do desempenho é feita por disciplina e período letivo (semestre) de apenas um ciclo avaliativo, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. Seguindo a legislação educacional, a soma de todas as atividades desenvolvidas a distância deverá ter menor peso que a avaliação presencial. O aproveitamento do ensino é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos, nas atividades avaliativas.

Considerando a perspectiva da EaD, a avaliação acontece ao longo de todo processo formativo, assim como as estratégias para recuperação de conteúdos.

O mediador da disciplina precisará desenvolver minimamente duas atividades avaliativas à distância e uma presencial. A avaliação presencial acontecerá por meio de prova escrita ou atividade prática, no IFC-Campus Camboriú, em período vespertino/noturno, conforme cronograma a ser apresentado no início do semestre, contemplando cada um dos componentes curriculares cursados naquele O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem ao longo do processo. Desta forma, o registro de nota da reavaliação de aprendizagem ocorrerá ao longo do componente curricular.

Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação. São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação. O pedido de nova



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

avaliação, acompanhado dos documentos comprobatórios, deve ser protocolado na Coordenação de Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (CRACI) no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento, que irá analisar e dar o parecer do pedido. Em caso de deferimento do pedido, o mesmo será encaminhado ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

Em caso de avaliação utilizando-se a metodologia EAD, a avaliação a distância é facultativa, sendo que o conjunto de notas presenciais deve ter peso maior que as avaliações à distância. Assim, haverá avaliações presenciais, uma vez que são obrigatórias (Portaria Normativa 04/2019 ART. 27)

O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem ao final do processo ou do semestre. Desta forma, o registro de nota da reavaliação de aprendizagem ocorrerá no final do semestre, e quando maior, substituirá a nota reavaliada. Segundo o Art. 211 da Organização Didática dos Cursos do IFC, “a reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.”

Considerar-se-á aprovado em um componente curricular o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de aulas estabelecidas na disciplina e alcançar nota final, igual ou superior a 7,0 (sete). A frequência será atribuída e registrada somente nos momentos presenciais e nas atividades síncronas descritas nos planos de ensino.

De acordo com a Organização Didática dos Cursos do IFC, o “Conselho de Classe é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, sendo espaço de debate que avalia o andamento do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

trabalho pedagógico, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a aprendizagem dos estudantes e a autoavaliação das práticas docentes, conduzindo ao diagnóstico das dificuldades dos estudantes e apontando as mudanças necessárias e encaminhamentos pedagógicos.” O citado colegiado será previsto em calendário acadêmico da instituição, devendo ser convocado pela Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), seguindo os critérios da organização didática dos cursos. As deliberações do Conselho de Classe acerca da promoção e da reprovação devem considerar os estudos concluídos com êxito pelo estudante em anos/semestres anteriores, numa perspectiva de análise cumulativa, contínua e global. O Conselho de Classe é soberano diante das decisões individuais.

De acordo com a Organização Didática dos Cursos do IFC, o docente deverá, no prazo máximo de até 20 dias letivos, devolver o instrumento de avaliação ao estudante, discutir os resultados obtidos em cada procedimento, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. A nota (rendimento acadêmico) será expresso em valores numérico de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal. O rendimento acadêmico de cada ciclo avaliativo é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas no ciclo, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular. O número das avaliações da aprendizagem aplicadas será no mínimo de duas avaliações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O estudante que não atingir média final 7,0 (sete) terá direito a realização do Exame Final, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final} \geq 5,0$$

2

Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação. São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação. Casos não contemplados poderão ser encaminhados para a análise do colegiado de curso. O pedido de nova avaliação, acompanhado dos documentos comprobatórios, deve ser protocolado na Coordenação de Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (CRACI) no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento, que irá analisar e dar o parecer do pedido. Em caso de deferimento do pedido, o mesmo será encaminhado ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

No Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, segundo a organização didática dos cursos do IFC, "o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC."



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.6.1 Sistema de Avaliação do Curso

A Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC prevê que a avaliação do curso ocorra de modo a compreender a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para os currículos. Para avaliação do curso será adotada como referência a autoavaliação realizada pelo próprio curso, a avaliação Institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC e avaliações do âmbito do MEC. O acompanhamento da avaliação do curso é de competência da PROEN e PROPI, em articulação com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), as DEPEs dos campi, Coordenações de Cursos e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC.

De acordo com a Portaria Normativa IFC/CONSEPE nº 2/2018, que determina as diretrizes para a autoavaliação dos cursos técnicos do IFC, fica sob responsabilidade do coordenador do curso, auxiliado pelo Núcleo Docente Básico e pelo Núcleo Pedagógico, supervisionado pela Coordenação Geral de Ensino e pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, a realização da autoavaliação do curso pelos discentes, pelos docentes e pelos TAEs que atuam diretamente no curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

5.7 Ementário

5.7.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

DISCIPLINAS	Carga Horária	EMENTA
1º SEMESTRE		
Introdução e Comunicação	60 horas	<p>Perfil Profissional do Técnico em Defesa Civil.</p> <p>Formação e Atuação Profissional em Defesa Civil.</p> <p>Introdução ao Estudo da Proteção e Defesa Civil: aspectos históricos, doutrinários e terminologia.</p> <p>Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.</p> <p>Comunicação, Mídia e Tecnologias Sociais em Redução de Riscos de Desastres.</p> <p>Comunicação Operacional: radiocomunicação e comunicação digital.</p> <p>Aspectos Práticos em Defesa Civil: recursos instrumentais e de logística.</p> <p>Estudos de Casos.</p>
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">- Conhecer o projeto pedagógico do curso (PPC), o itinerário formativo, o perfil profissional e as formas de atuação do técnico em defesa civil;- Conhecer os aspectos históricos, presente e futuro, doutrinários e de terminologia em proteção e defesa civil;		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Compreender a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no Brasil;
- Conhecer as formas de comunicação operacional em defesa civil, as bases da radiocomunicação e da comunicação digital;
- Compreender os componentes de uma estação de radiocomunicação;
- Debater os aspectos práticos em defesa civil, os seus recursos instrumentais e de logística e,
- Debater o eixo tecnológico segurança e de defesa civil através de estudos de casos.

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. As aulas presenciais serão expositivas e dialogadas com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, canhão de vídeo, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com oficinas em sala ambiente e equipamentos didáticos (laboratório de estudos de cenários de riscos). Aplicação das avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades assíncronas e aulas síncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis no canal do Youtube.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano de ensino, atualizado semestralmente. As formas de avaliação serão realizadas em 2 (duas) avaliações escritas com questões objetivas.

Referências bibliográficas básicas:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos**. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Documents/google%20forms/gestao-risco-livro-base.pdf/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20\[2017%20Edition\]_PT_Jan2019.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Documents/google%20forms/gestao-risco-livro-base.pdf/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20[2017%20Edition]_PT_Jan2019.pdf).

BRASIL. **Lei nº. 12.608**, de 10 de Abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm.

_____. **Decreto nº. 7.257**, de 4 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm.

Referências bibliográficas complementares:

CALHEIROS, Lelio Bringel; CASTRO, Antonio L. C. de; DANTAS, Maria Cristina. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. 4. ed. Brasília, 2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 534, de 20 de abril de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI Nº 10.925, de 22 de setembro de 1998. **Sistema Estadual de Defesa Civil - SIEDC**, Fundo Estadual de Defesa Civil – FUNDEC.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação básica em Defesa Civil** / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - Florianópolis: CAD UFSC, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

OLIVEIRA, Marcos - **Emergências com Produtos Químicos - Manual Básico para Equipes de Primeira Resposta** - Diretoria Estadual de Defesa Civil - Florianópolis -SC - 1ª edição – 2000.

Geociências I	60 horas	Gênese e Morfologia de Solos. Processos de Formação do Solo. Atributos Físicos e Químicos do solo Uso e Ocupação do solo. Erosão do Solo. Movimentos de Massa. Biomas Brasileiros.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Demonstrar ao aluno a importância do solo na área da defesa civil;- Permitir aos alunos entender os fatores de formação do solo, os processos pedogenéticos, as principais propriedades e grupos de solos e as relações com eventos na área da defesa civil;- Conhecer os diferentes tipos de solos, suas características, fragilidades, aptidão e,- Aprender a identificar os tipos de solos através das características morfológicas. <p>Metodologia:</p> <p>Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. As aulas presenciais serão</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

utilizadas para realização das atividades avaliativas e uma aula prática no IFC Campus Camboriú para a observação de importantes atributos do solo.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): Será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a realização das atividades e aulas síncronas. Neste ambiente serão disponibilizados os materiais necessários para o desenvolvimento da disciplina (vídeos, videoaulas, textos).

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano de ensino que será atualizado semestralmente. Serão efetuadas no mínimo duas avaliações, que poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos no plano de ensino, antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

BRADY, N.C. **Natureza e propriedades dos solos**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1979.

LEPSCH, I.F. **Solos: formação e conservação**. 4. ed. São Paulo: Melhoramento, 1982.

TEIXEIRA, W. **Decifrando a terra**. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2000.

Referências bibliográficas complementares:

EMBRAPA SOLOS. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia e meio ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos**: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 340p, 1999.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org). **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005. 146 p. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/atlas/Atlas_Ceped.pdf>

LEMOS, R.C.de; SANTOS, R.D.dos. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 2. ed. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1982.

Legislação Aplicada	60 horas	Políticas Públicas. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Legislação Federal, Estadual e Municipal sobre Proteção e Defesa Civil. Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. Administração Pública. Orçamento Público. Intervenção do Estado na Propriedade. desapropriação. Limitação Administrativa. Ocupação Temporária. Requisição Administrativa. Licitação. Dispensa de Licitação. Registro de Preços. Política Nacional do Meio Ambiente. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Efeitos Jurídicos e Responsabilidade do Desastre.
---------------------	----------	---

Objetivos:

- Abordar sobre políticas públicas e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Analisar a Lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e sua regulamentação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Identificar a legislação Federal e do Estado de Santa Catarina pertinente à Proteção e Defesa Civil e a competência legislativa dos entes federativos;
- Estudar as normativas sobre Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;
- Compreender o funcionamento básico da administração pública e o orçamento público;
- Conhecer algumas hipóteses de intervenção do estado na propriedade, tais como a desapropriação, limitação e requisição administrativa, ocupação temporária e outras medidas que o poder público pode utilizar para prevenção e ou em situações de anormalidade;
- Verificar a legislação sobre licitação, dispensa de licitação e registro de preços;
- Verificar a legislação sobre a política nacional do meio ambiente e crimes ambientais;
- Identificar as principais normas que dispõe sobre o planejamento urbano, tais como estatuto da cidade e plano diretor e,
- Abordar sobre os Efeitos Jurídicos e Responsabilidade do Desastre.

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Os encontros presenciais serão destinados também para a aplicação de avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

atividades e aulas síncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis no canal do Youtube.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações da aprendizagem serão definidas no Plano de Ensino da disciplina, que será atualizado semestralmente. A avaliação será feita por meio de 2 (duas) provas escritas com questões objetivas e atividades escritas.

Referências bibliográficas básicas:

MATTHES, Rafael. **Manual de Direito Ambiental**. Editora Rideel. 1ª ed., São Paulo, 2020.

HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de Direito Administrativo**. Editora Rideel, 2018.

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres ambientais e sua regulação jurídica**. Editora: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2016.

Referências bibliográficas complementares:

DI PIETRO, Maria Silvia Zanela. **Direito Administrativo**. Ed. Atlas. 25 ed. São Paulo. 2012.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. Ed. Malheiros. 21ed. 2013.

SABINO, Jamilson Lisboa. **Direito Ambiental e Urbanístico Atualizado**. Saraiva. São Paulo.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública**. Ed. Fórum. 4ed. Belo Horizonte. 2015.

RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. **Cidade Sustentável, Direito**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Urbanístico e Ambiental: Instrumento de Planejamento. Ed. Educ. Caxias do Sul. 2016

Saúde Pública	30 horas	Formulação de Políticas Públicas. Epidemiologias. Planos e Normas de Gestão de Riscos e Desastres. Articulação Governamental e Não-Governamental para subsidiar a elaboração de planos de prevenção, preparação e resposta aos desastres. Lei Orgânica da Saúde (Lei Nº 8.080/90 e Lei Nº8.142/900).
---------------	----------	--

Objetivos:

- Desenvolver competências e conhecer estratégias para articular ações de saúde pública no trabalho colaborativo em gestão de desastres e emergência.

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aplicação de avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis no canal do Youtube.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

de ensino, atualizado semestralmente. As formas de avaliação serão realizadas 2 (duas) avaliações escritas com questões objetivas, seminários e trabalhos individuais.

Referências bibliográficas básicas:

CAMPOS, Jean Flávio Martins. **Bombeiro civil, defesa civil e gerenciamento de desastres e crises**. Editora Intersaberes 290 ISBN 9788559723656.

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL. **Comunicação**. 2. ed. Florianópolis: Artes & Letras e Comunicação, [2013?]. 6 p. (Nossa segurança; 4).

CARVALHO, Claudio Frederico de. **A evolução da segurança pública municipal no Brasil**. Editora Intersaberes 242 ISBN 9788559723854.

Referências bibliográficas complementares:

PATTO, Maria Helena Souza (org.). **A Cidadania negada: políticas públicas e formas de viver - 1ª Edição**. Editora Pearson 610 ISBN 9788573965650.

CARLOS ALBERTO LUNELLI E JEFERSON DYTZ MARIN. **Ambiente, Políticas Públicas e Jurisdição**. Editora Educus 146 ISBN 9788570616869.

FONTANA, Vanessa; KRAINER, Jefferson Augusto. **As organizações internacionais e as políticas públicas brasileiras de educação e trânsito**. Editora Intersaberes 248 ISBN 9788544303573.

JAIME PINSKY (ORG.). **Brasil: o futuro que queremos**. Editora Contexto 258 ISBN 9788552000587.

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. **Lei nº 8.080 de 10.09.1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços.

Tecnologia e Controle de Sinistros	60 horas	Emergências com Produtos Perigosos. Tecnologia e Controle
------------------------------------	----------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		de Riscos em Estruturas Edificadas: patologias de edifícios. Processos de Trabalho e Produção com potencial sinistroso. Plano de Emergência – PAE.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Reconhecer situações de emergência;- Desenvolver sensibilidade à percepção de cenários de riscos;- Identificar riscos em estruturas edificadas;- Formar para a atuação em trabalhos com potencial sinistroso e,- Possibilitar a elaboração de planos de emergência. <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades presenciais:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, projetor, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com oficinas em sala ambiente e de campo utilizando equipamentos especializados, assim como a aplicação de simulados de campo e de mesa.</p> <p><u>Atividades em Ensino a Distância (EaD):</u> O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas e para as aulas assíncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis na internet. Também serão realizados exercícios simulados virtuais com o apoio de computador.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos no plano de ensino, antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA E DE PRODUTOS DERIVADOS. **Manual para atendimento a emergências com produtos perigosos**. 5.ed. São Paulo, SP: ABIQUIM, 2006. 287p. ISBN 855493186 : (broch.).

PEREIRA, Áderson Guimarães. **Segurança contra incêndios**. São Paulo: LTr, 2009. 179 p. ISBN 9788536114552.

SOUZA, Vicente Custódio Moreira de; RIPPER, Thomaz. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto**. São Paulo: PINI, 1998. 255 p. ISBN 8572660968 : (broch.).

Referências bibliográficas complementares:

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos: gerenciamento de emergência química**. 2.ed. Rio de Janeiro: GVC Gerenciamento Verde Consultoria, 2005. v. ISBN 8599331051.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência**. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2000

CAMPOS, Jean Flávio Martins. **Bombeiro civil, defesa civil e gerenciamento**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

de desastres e crises. Editora Intersaberes 290 ISBN 9788559723656.

JOSÉ MIGUEL AGUILERA AVALOS. **AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS.** 1. São Paulo 2009 0 ISBN 9788502110830.

MERHI DAYCHOUM. **40+20 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento - 7ª Edição.** Editora Brasport 0 ISBN 9788574528694.

2º SEMESTRE

Primeiros Socorros	60 horas	O Serviço de Emergências Médicas. Legislação Aplicada. Controle da Cena de Emergência. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DESA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma e Imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Intoxicação Exógena. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Clínicas. Acidentes com Múltiplas Vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes.
--------------------	----------	--

Objetivos:

- Conhecer a organização do sistema de saúde local e a hierarquia dos serviços de atendimento pré - hospitalar;
- Avaliar os potenciais riscos na cena de emergência e proceder com o gerenciamento de segurança da cena;
- Proceder a avaliação inicial do paciente e identificar, de forma imediata, os sinais vitais e de ameaça à vida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Conhecer os procedimentos de uso de equipamento de proteção individual e outros recursos de controle e prevenção de infecções;
- Conhecer as principais noções e divisões anatômicas para correlação emergencial;
- Conhecer os principais aspectos morfológicos e fisiológicos dos diversos aparelhos para correlação emergencial;
- Reconhecer os diversos tipos de ferimentos, queimaduras e hemorragias;
- Conhecer os diversos tipos de choque, prevenir e prestar suporte básico no caso do choque hipovolêmico;
- Adquirir habilidades relativas à realização de curativos e bandagens com controle de hemorragias;
- Reconhecer e manejar a obstrução das vias aéreas. Realizar oxigenoterapia;
- Identificar sinais e sintomas da parada respiratória e cardíaca. Conhecer e proceder com os equipamentos e as técnicas de reanimação cardiopulmonar (RCP);
- Reconhecer os diversos tipos de trauma músculo - esquelético e executar as imobilizações das áreas afetadas e lesadas com materiais e equipamentos adequados;
- Reconhecer as emergências e as primeiras condutas, que envolvem as formas de intoxicação por produtos químicos e acidentes com animais peçonhentos e venenosos;
- Saber utilizar materiais e equipamentos, para remoção e transporte de vítimas encontradas em diversas situações acidentais;
- Compreender o método de triagem de acidentados em ocorrências com múltiplas vítimas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, canhão de vídeo, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com oficinas em sala ambiente e equipamentos didáticos para treinamento em suporte básico de vida (laboratório de primeiros socorros). Aplicação das avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis no canal do Youtube.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano de ensino, atualizado semestralmente. As formas de avaliação serão realizadas 1 (uma) avaliação escrita com questões objetivas e 1 (uma) avaliação prática com uso de lista de checagem (check list) com os protocolos já fixados em oficinas de treinamento e de exercícios práticos.

Referências bibliográficas básicas:

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS.
Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS: *prehospital trauma life*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

support. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALBINO, Rubia Maria. **Urgências e Emergências**. Florianópolis: Papa-Livro, 2003.

HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. **Manual de Biossegurança**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.

Referências bibliográficas complementares:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. **Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos**. São Paulo: ABIQUIM. 2015.

THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. **Estrutura e Funções do Corpo Humano**. São Paulo: Manole, 2002.

WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. **Atlas de Anatomia Humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972.

BRODT, Mário. **Infartei, e agora?** Porto Alegre: AGE, 2007.

SILVA, Edilene Rodrigues da; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. **Educando e produzindo conhecimento em enfermagem**. Natal: EDUFRN, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Estatística	30 horas	Introdução: Conceitos básicos e utilização da estatística no Curso de Defesa Civil. Ferramentas de visualização de dados: a) séries estatísticas, tabelas e gráficos; b) tabelas de distribuição de frequências. Medidas descritivas: de posição e de variação. Noções de probabilidade e de inferência estatística. Introdução às medidas de associação.
<p>b) Bibliografia Básica:</p> <p>MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. Estatística básica. 9a. ed. Saraiva. 2017. ISBN 9788547220235. (ebook) https://ifc.pergamum.com.br/acervo/5010827/</p> <p>BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às ciências sociais. 8. ed. rev. Florianópolis:UFSC, 2012.</p> <p>MORETTIN, L. G. Estatística básica: probabilidade e inferência: volume único. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010.</p> <p>c) Bibliografia Complementar:</p> <p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. Estatística aplicada. 18. ed. São Paulo: Atlas. 2012.</p> <p>CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19a.ed. Saraiva. 2009. ISBN 9788502122345. (ebook) https://ifc.pergamum.com.br/acervo/5010830/</p> <p>SILVA, A. H. A. et al. Introdução à estatística no software R. 1a. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. (ebook). Disponível em: https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/884/965/8736</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada: utilizando a planilha Excel e o SPSS. 5. ed. rev. e ampl. Atlas: São Paulo. 2014.

COSTA, G. G. O. Curso de estatística básica: teoria e prática. 2. ed. rev. e ampl. Atlas: São Paulo. 2015.

Segurança do Trabalho	30 horas	Normas Regulamentadoras e procedimentos aplicados em Defesa Civil (NR's\MTE): Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Procedimentos Administrativos e Operacionais em Saúde e Segurança do Trabalho Insalubridade e Periculosidade. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC). Biossegurança.
-----------------------	----------	--

Objetivos:

- Conhecer as Normas regulamentadoras elementares e os componentes fundamentais para aplicação em Proteção e Defesa Civil e,
- Desenvolver e aplicar procedimentos operacionais padrão em eventos adversos relacionados à proteção e defesa civil para antecipar, reconhecer, avaliar e controlar ações relacionadas ao risco à segurança e à saúde ocupacional.

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Serão utilizadas para atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

avaliativas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades por diversos instrumentos que serão informados no plano de ensino e aulas síncronas por vídeo conferências. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos no plano de ensino, antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

OLIVEIRA, Celso Luis de; Piza; Fábio de Toledo, (org.). **Segurança e saúde no trabalho - Volume I**. Editora Difusão - 2016 233 ISBN 9788578082215.

OLIVEIRA, Celso Luis de; Piza, Fábio de Toledo, (org.). **Segurança e saúde no trabalho - Volume 2**. Editora Difusão - 2016 225 ISBN 9788578082239.

SCALDELA, Aparecida Valdinéia. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012. xxx, 433 p. ISBN 9788577282593.

Referências bibliográficas complementares:

CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA**. 4 .ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. ISBN 9788536120485.

EDUARDO MORAES ARAÚJO. **Higiene e segurança no trabalho**. Contentus - 2020 106 ISBN 9786559350186.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho**. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.

OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. **Segurança e saúde no trabalho: guia de prevenção de riscos**. Editora Yendis - 2007 177 ISBN 9788577282890.

PAULO ROBERTO BARSANO; RILDO PEREIRA BARBOSA. **Controle de Riscos**. 1. São Paulo 2014 0 ISBN 9788536528229.

Gestão de Riscos e Desastres	60 horas	Princípios da Gestão de Desastres: codificação brasileira de desastres. Gestão Integrada de Desastres. Sistema de Comando em Operações (SCO). Estudo dos Cenários: cenários prospectivos, restabelecimento e reabilitação de cenários atingidos. Mapeamento Participativo de Risco. Planos de Gestão de Riscos: plano diretor de proteção e defesa civil.
------------------------------	----------	---

Objetivos:

- Compreender os conceitos de riscos e desastres;
- Adquirir habilidades necessárias para aplicação do sistema de gestão de emergências, o Sistema de Comando em Operações (SCO);
- Desenvolver a percepção apurada para leitura e interpretação de cenários;
- Desenvolver a capacidade de realizar atividades participativas com a comunidade, a exemplo o mapeamento participativo e,
- Adquirir competências para a elaboração de planos de gestão de risco em suas variadas formas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, projetor, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com oficinas em sala ambiente e de campo utilizando equipamentos especializados, assim como a aplicação de simulados de campo e de mesa.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas e para as aulas assíncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis na internet. Também serão realizados exercícios simulados virtuais com o apoio de computador.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

AMARAL, Rosangela do; GUTJAHR, Mirian Ramos. **Desastres naturais**. 2. ed.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

São Paulo: IG/SMA, 2012. 97 p. (Cadernos de Educação Ambiental ; 8). ISBN 9788586624810.

THAISA MARIA NADAL; CARLOS AURÉLIO NADAL. **Impactos ambientais e desastres ecológicos: como elaborar relatórios**. Editora Intersaberes 185 ISBN 9786555178043.

TOMINAGA, Lúcia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do (Org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. 2. ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2012. 196 p. ISBN 9788587235091.

Referências bibliográficas complementares:

BRASIL; Ministério das Minas e Energia. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. **Comunidade mais segura: mudando hábitos e reduzindo riscos de movimentos de massa e inundações**. Rio de Janeiro: CPRM, 2007. 18+[6] p. ISBN 9788574990255.

JOSÉ MIGUEL AGUILERA AVALOS. **AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS**. 1. São Paulo 2009 0 ISBN 9788502110830.

SEVEGNANI, Lucia; FRANK, Beate (Org.). Desastre de 2008 no **Vale do Itajaí: água, gente e política**. Santa Catarina: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí (SC), 2009. 191 p. ISBN 9788561460051.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, c2006. 495 p. ISBN 9788586238796.

OLIVEIRA, Gilvan Sampaio de. **O El Niño e você: o fenômeno climático**. São José dos Campos: TRANSTEC, 1999. vii,116p. ISBN 8585417129.

Geociências II	60 horas	Clima e Tempo. Elementos e Fatores climáticos. Estrutura e Composição da Atmosfera. Tipos de Clima do Brasil. Fenômenos Atmosféricos. Hidrologia: Ciclo Hidrológico. Drenagem Pluvial. Bacia Hidrográfica. Geomorfologia
----------------	----------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		Fluvial.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Permitir aos alunos conhecer e correlacionar conhecimentos da área da climatologia e hidrologia com eventos associados à defesa civil;- Compreender os elementos e fatores climáticos e os tipos de climas do Brasil;- Conhecer as particularidades climáticas das regiões brasileiras com ênfase na região sul;- Entender a importância do estudo das bacias hidrográficas e questões associadas à drenagem pluvial e,- Estudar a dinâmica hidrológica na formação/modificação da paisagem. <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades presenciais:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Os encontros presenciais serão utilizadas para aplicação das atividades avaliativas.</p> <p><u>Atividades em Ensino a Distância (EaD):</u> Será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a realização das atividades e aulas síncronas. Neste ambiente serão disponibilizados os materiais necessários para o desenvolvimento da disciplina (vídeos, videoaulas, textos).</p> <p>Critérios e formas de avaliação:</p> <p>As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano de ensino que será atualizado semestralmente. Serão efetuadas no mínimo duas</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

avaliações, que poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas) e resolução de lista de exercícios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia e meio ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TUBELIS, Antônio. **Meteorologia Descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras**. São Paulo: Nobel, 1980. 374 p.

VIARRELO, Rubens L. **Meteorologia Básica e Aplicações**. Viçosa, MG: imp. Universitária UFV, 1991. 449 p.

Referências bibliográficas complementares:

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 340p, 1999.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org). **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005. 146 p. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/atlas/Atlas_Ceped.pdf>

IRINO, Tarcizio Rego. **Impacto Agroambiental: perspectivas, problemas, prioridades**. São Paulo: Edgard Blucher: EMBRAPA, 1999. 184p.

PRESS, Frank. et al. **Para entender a terra**. Tradução de Rualdo Menegat. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656 p.

3º SEMESTRE		
Prevenção e Controle	30 horas	Teoria do Fogo: conceito e tetraedro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

de Incêndios		do fogo. Fenomenologia da Combustão: classes de incêndio. Métodos de Extinção: características e aplicabilidade dos agentes extintores. Técnica e Tática de Combate a Incêndios. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios: aparelhos extintores, alarmes, sinalização, sprinklers, mangueiras e hidrantes. Normas de Segurança e Controle de Incêndios.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conhecer os conceitos de teoria do fogo e as formas de propagação do incêndio;- Conhecer as fases de progressão do incêndio;- Identificar as classes de incêndio;- Compreender os métodos de extinção, as características e aplicabilidade dos agentes extintores;- Conhecer as principais técnicas e táticas de combate a incêndios;- Identificar os componentes dos sistemas de prevenção e combate de incêndios passivos presentes em estruturas edificadas e,- Entender as normas de segurança e controle de incêndios de acordo com Corpo de Bombeiros. <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades presenciais:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, canhão de vídeo, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com oficinas em sala ambiente e equipamentos didáticos para treinamento em prevenção e controle de incêndios (laboratório de prevenção e controle de incêndios). Aplicação das avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis no canal do Youtube.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações do processo de ensino e aprendizagem estão descritas no plano de ensino, atualizado semestralmente. As formas de avaliação serão realizadas 1 (uma) avaliação escrita com questões objetivas e 1 (uma) avaliação prática com uso de lista de checagem (check list) com os protocolos já fixados em oficinas de treinamento e de exercícios práticos.

Referências bibliográficas básicas:

ATLAS - Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho.** 70.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência.**

DSCI, Diretoria de Segurança Contra Incêndio. Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina. **Instruções Normativas**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

(<https://dsci.cbm.sc.gov.br/index.php/pt/cidadao/instrucoes-normativas-in>)

Referências bibliográficas complementares:

ABIQUIM, Depto Técnico. **Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos**. São Paulo: 2015. 270 p.

NAEMT (National Association of Emergency Medical Technicians). **Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado**. [Tradução de Diego Alfaro e Hermínio de Mattos Filho]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos**: gerenciamento de emergência química. 2a Edição, Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005. 948 p.

SCI, Segurança Contra Incêndio. Sítio do Corpo de Bombeiros de São Paulo. **Instruções Técnicas**. (http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/portalc_b/_seguranca-contra-incendio/).

ESTADO DE MINAS GERAIS. Sítio do Corpo Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais. **Legislação e Normas Técnicas**. (<https://www.bombeiros.mg.gov.br/legisscip>).

Mobilização Comunitária e Administração	60 horas	Ética e Cidadania: direitos humanos e segurança pública. Gestão Pública e Corporativa em Proteção e Defesa Civil. Logística de Assistência Humanitária. Logística de Desastre: abrigos e recursos. Campanhas de Mobilização: informativa, educacional, prevenção, acionamento e de doação. Recursos Humanos: voluntariado. Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) e Participação
---	----------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		Social. Ações Comunitárias em Defesa Civil. Construção de Cidades Seguras e Resilientes.
<p>Objetivos:</p> <p>- Desenvolver habilidades na gestão de riscos e gestão de desastres através das ferramentas e legislações vigentes tanto na administração, comunicação baseada na ética e cidadania inerentes ao profissional da proteção e defesa civil.</p> <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades em Ensino Presencial:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada aplicada ao conteúdo EAD ministrado com aplicação de estudo de caso através da aplicação dos conceitos, métodos de acordo com a prática profissional realizadas com oficinas em sala, laboratórios, ambiente e de campo. Uso de recurso audiovisual composto por computador, projetor, televisão e quadro branco. Aplicação das avaliações escritas.</p> <p><u>Atividades em Ensino a Distância (EaD):</u> O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas por vídeo conferências. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

EaD.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. **Proteção e Defesa Civil**. Margarida, Caroline & Panceri, Regina (Organizadoras). 2ª ed. Florianópolis, 2020.

UNISDR. **Como Construir Cidades Mais Resilientes**: Um Manual para Líderes de Governo local. 2017. Disponível em: [https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20\[2017%20Edition\]_PT_Jan2019.pdf](https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20[2017%20Edition]_PT_Jan2019.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

GONÇALVES, Mirian Buss; LIMA, Fabiana Santos. **A Logística Humanitária no Contexto da Pesquisa, Ensino e Extensão Universitária**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, [S.l.], v. 7, p. 19-30, ago. 2018. ISSN 2238-8753. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6528>. Acesso em: 25 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e0201819-30>

Referências bibliográficas complementares:

Secretaria de Estado da Defesa Civil do Rio de Janeiro. **Administração de Abrigos Temporários**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006. 244p. Disponível em: http://defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/manual_abrigo_sedec_rj.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

CEPED UFSC. **Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres.** Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/12/Guia-de-Mobilizacao-Final-2.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

CEPED UFSC. **Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres.** Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/wpcontent/uploads/2014/10/mobilizacao_comunitaria_e_comunicacao_de_risco_0.pdf. Acesso em: 01 de out. de 2020.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos.** 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Documents/google%20forms/gestao-risco-livro-base.pdf/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20\[2017%20Edition\]_PT_Jan2019.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Documents/google%20forms/gestao-risco-livro-base.pdf/campaign/resilientcities/assets/toolkit/documents/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20[2017%20Edition]_PT_Jan2019.pdf).

OCHA, Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários. **NATURAL DISASTERS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN.** 2020. Disponível em: https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/20191203-ocha-desastres_naturales.pdf

Monitoramento Ambiental	30 horas	Impacto Ambiental e Desastres. Poluição. Licenciamento ambiental: aspectos normativos. Amostragem Ambiental. Perícia Ambiental. Qualidade da Água. Saúde Ambiental.
-------------------------	----------	---

Objetivos:

- Compreender a correlação entre os impactos ambientais, poluição e os desastres;
- Definir o Licenciamento Ambiental, tipos de Licenças, etapas do Licenciamento e estudos Ambientais;
- Conhecer as técnicas de amostragem ambiental;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Identificar os parâmetros de qualidade da água;
- Conhecer os processos perícia ambiental e,
- Compreender os conceitos referentes à saúde ambiental.

Metodologia:

Atividades presenciais: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aplicação de avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades autoinstrucionais. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como vídeos, documentários e outros materiais visuais presentes na plataforma Youtube, discussão de estudos de caso, envio de artigos científicos, manuais operacionais, dentre outros.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações da aprendizagem serão definidas, sendo duas no mínimo, no Plano de Ensino da disciplina. As avaliações compreendem provas escritas, produção textual, estudos de caso, não se limitando a estas. Quando realizadas avaliações em EaD, os discentes preferencialmente farão a entrega no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Referências bibliográficas básicas:

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Avaliação e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, c1998. 261p.

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

BENJAMIN, Antonio Herman U. **Estudo Prévio de Impacto Ambiental:** teoria, prática e legislação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 245p.

MIRRA, Alvaro Luiz Valery. **Impacto ambiental:** aspectos da legislação brasileira. 2. ed. atual, aum São Paulo: J. de Oliveira, 2002. 108p

Referências bibliográficas complementares:

SILVA, Elias; MORAIS, Jershon; Centro de Produções Técnicas (MG). **Técnicas de avaliação de impactos ambientais.** Viçosa: CPT, 1999. 1 videocassete (74 min.): VHS/NTSC, son. color.

SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. **Avaliação ambiental de processos industriais.** Ouro Preto: ETFOP, 2002.177p.

QUIRINO, Tarcizio Rego. **Impacto Agroambiental:** perspectivas, problemas, prioridades. São Paulo: Edgard Blucher: EMBRAPA, 1999. 184p.

FARIAS, Bernadete Ferreira. **Legislação Ambiental** de Santa Catarina: coletânea organizada por Bernadete Ferreira Farias. Atualizada até junho de 2000. Florianópolis: Virtual, 2000. 263p.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Juris , 1996.

Psicologia do Desastre	30 horas	Noções de Psicologia e Comportamento Humano. História e intervenção da Psicologia do Desastre. Medo e Percepção de risco. Saúde mental, Estresse, Burnout e Estresse Pós-Traumático. Assistência Humanitária. Resiliência Individual
------------------------	----------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		e Comunitária. Processos de Comunicação, Relacionamento Interpessoal e Autocuidado na Equipe de Socorristas.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Possibilitar a compreensão dos aspectos psicológicos relacionados ao comportamento e as relações humanas no contexto dos desastres, de forma a favorecer intervenções positivas no âmbito do amparo psicológico;- Conhecer os fenômenos psicológicos de medo e percepção de risco associados a indivíduos e grupos nas calamidades;- Apresentar os principais elementos da História e das intervenções em Psicologia do Desastre;- Discutir o relacionamento interpessoal, os processos de comunicação e o autocuidado na equipe de socorristas;- Debater situações ligadas à assistência humanitária e à resiliência em contextos de desastres;- Contextualizar as principais patologias relacionadas ao trabalho no âmbito da saúde mental: estresse, burnout e estresse pós-traumático. <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades presenciais:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aplicação das avaliações escritas.</p> <p><u>Atividades em Ensino a Distância:</u> O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

atividades autoinstrucionais. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como vídeos, documentários, textos, dentre outros.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações da aprendizagem serão definidas no Plano de Ensino da disciplina. As avaliações podem compreender trabalhos, autoavaliação, realização de seminários, não se limitando a estas. Quando realizadas avaliações em EaD, os discentes preferencialmente farão a entrega no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Referências bibliográficas básicas:

BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

MCGUIRE, Jamie. **Desastre iminente**. Rio de Janeiro: São Paulo: Verus, 2014.

SEVEGNANI, L.; F (Org.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política**. Santa Catarina: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí (SC), 2009.

Referências bibliográficas complementares:

BRASIL. **Gestão de riscos e desastres: contribuições da Psicologia**. Curso a distância. Centro universitário de estudos e pesquisas sobre desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8fa26fe8-d31a-4531-92ca-346e6c69867f&groupId=10157

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: contribuições para a construção de comunidades mais seguras**. FINATEC/UnB: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/I-SEMINARIO-NACIONAL.pdf>

CARDOSO, I. A. **e das emergências e dos desastres: aplicações às ações de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

defesa civil. Florianópolis, SC: fundec, 2020. (material eletrônico)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011. (material eletrônico)

VALÊNCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Vitor; GONCALVES, Juliano Costa. (Orgs). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima: ed. da UfFcar, 2009.

Projeto Integrador	60 horas	Estudos de Casos. Seminários. Atividades aplicadas em Gestão de Riscos e Gestão de Desastres. Atividades aplicadas em Redução de Riscos de Desastres e Resiliência.
--------------------	----------	---

Objetivos:

- Consolidar o processo de aprendizagem através da aplicação de estudo de casos relacionados com as disciplinas do curso e cenários do passado, presente e futuro de gestão de riscos e gestão de desastres fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem adquirido ao longo do curso como foco na gestão de riscos e desastres buscando redução de riscos de desastres quando atuar na iniciativa pública ou privada.

Metodologia:

Atividades em Ensino Presencial: O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. Aula expositiva e dialogada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

aplicada ao conteúdo EAD ministrado com aplicação de estudo de caso através da aplicação dos conceitos, métodos de acordo com a prática profissional realizadas com oficinas em sala, laboratórios, ambiente e de campo. Uso de recurso audiovisual composto por computador, projetor, televisão e quadro branco.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades através de diversos instrumentos que serão informados no plano de ensino com aulas síncronas por vídeo conferências. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios, simulados, estudos de casos e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos no plano de ensino, antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano [recurso eletrônico]. / organizado por Lourenço Magnoni Junior, Carlos Machado de Freitas, Eymar Silva Sampaio Lopes, Gláucia Rachel Branco Castro, Humberto Alves Barbosa, Luciana Resende Londe, Maria da Graça Mello Magnoni, Rosicler Sasso Silva, Tabita Teixeira e Wellington dos Santos Figueiredo. – 2. ed. – São Paulo: CPS, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao_2ed-2020.pdf.

COSTA, Luis Ricardo Fernandes da (org.). **Redução de riscos de desastres: métodos e práticas 2**. Ponta Grossa: Atena, 2020. 114 p. ISBN 9786586002430. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3067#3a>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

UNITED NATIONS. **Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Natural disasters in Latin America and the Caribbean 2000 - 2019.** Panama: Ocha Rolac, 2019. 20 p. Disponível em: https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/20191203-ocha-desastres_naturales.pdf.

Referências bibliográficas complementares:

CAMPOS, Jean Flávio Martins. **Bombeiro civil, defesa civil e gerenciamento de desastres e crises.** Editora Intersaberes - 2017 290 ISBN 9788559723656.

RAFAEL DUARTE KRAMER. Avaliação econômica de danos ambientais. Contentus - 2020 82 ISBN 9786557451724.

MERHI DAYCHOUM. **40+20 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento** - 7ª Edição. Editora Brasport - 2018 0 ISBN 9788574528694.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995 - 2014.** Florianópolis: CEPED, 2016. 230 p. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/01/111703-WP-CEPEDRelatoriosdeDanoslayout-PUBLIC-PORTUGUESE-ABSTRACT-SENT.pdf>.

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Y. U. de. (org.). **Relatos de um Desastre** – Narrativas Jornalísticas da Tragédia de 2008 em Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania. UFSC/ CEPED. Florianópolis, 2009.

Topografia e Instrumentação	60 horas	Noção de Escala. Planimetria: medição de distâncias, goniometria, métodos de levantamentos planimétricos. Altimetria:
-----------------------------	----------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		referência de nível, altitudes e cotas, nivelamentos e perfil longitudinal. Planialtimetria: curvas de nível e métodos de levantamentos planialtimétricos. Instrumentação em Defesa Civil. Informática Aplicada a Defesa Civil: noções de editores de planilha, imagens de satélites, desenho assistido por computador e sistema de informações geográficas.
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Compreender conceitos de medidas, dimensões, escala e resolução;- Conhecer os diversos procedimentos e equipamentos utilizados em medições, levantamentos topográficos e registros desses trabalhos;- Desenvolver os conhecimentos mínimos para a leitura e interpretação de mapas, cartas e projetos e,- Desenvolver a capacidade de operar mecanismos informatizados de processamento de informações cartográficas, geográficas e topográficas. <p>Metodologia:</p> <p><u>Atividades presenciais:</u> O encontro presencial, conduzido pelo docente, inicialmente serão apresentados o Ambiente Virtual de Aprendizagem; os Recursos e/ou objetivos de aprendizagem em EaD; o Plano de Ensino; o Cronograma das atividades presenciais, à distância e atendimento ao estudante e, os Critérios e Cronograma das avaliações. As aulas presenciais serão expositivas e dialogadas com textos e resumos impressos. Uso de recurso audiovisual composto por computador, canhão de vídeo, televisão e quadro branco. Aula de demonstração de métodos e prática profissional realizadas com</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

oficinas em sala ambiente e equipamentos didáticos (laboratório de estudos de cenários de riscos). Aplicação das avaliações escritas.

Atividades em Ensino a Distância (EaD): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades e aulas síncronas e para as aulas assíncronas. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura e vídeos gravados disponíveis na internet.

Critérios e formas de avaliação:

Serão efetuadas no mínimo duas avaliações. As avaliações poderão ser provas escritas (objetivas ou discursivas), resolução de lista de exercícios e entregas de relatórios. Os pesos das avaliações serão estabelecidos antes da aplicação da atividade avaliativa.

Referências bibliográficas básicas:

ESPARTEL, Lélis. **Curso de topografia**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 655p.

VEIGA, Luís Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Zehnpfennig; FAGGION, Pedro Luís. **Fundamentos de topografia**. Curitiba: UFPR, 2012. 274 p. Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo2/apos_topo.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia e meio ambiente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 394 p. ISBN 8528605736 (broch.).

Referências bibliográficas complementares:

COMASTRI, José Aníbal; TULER, José Cláudio. **Topografia: altimetria**. 3. ed. Viçosa: Ed. UFV, 1999. 200 p. ISBN 9788572690355.

BELTRAME, Angela da Veiga. **Diagnóstico do meio físico de bacias hidrográficas: modelo e aplicação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 111 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

(Série Didática (Ed. da UFSC)).

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MARQUES NETO, Roberto; MENEZES, Sebastião de Oliveira. **Introdução à geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 322 p. ISBN 9788522112784.

ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji. **Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura**. Brasília, DF: CPAC, 1993. 274 p. ISBN 8570750021 (broch.).

LOCH, Ruth E. Nogueira. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: UFSC, 2006. 314 p. ISBN 9788532802194.

5.7.2 Componentes Curriculares Optativos:

DISCIPLINAS	Carga Horária	EMENTA
Optativa – Informática Básica	30 horas	Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver as operações básicas em computadores;- Compreender e utilizar adequadamente a internet e correio eletrônico e,- Formar o estudante a utilizar aplicativos de edição de texto, ferramentas de apresentação e planilhas eletrônicas. Metodologia: <p>Atividades presenciais: As aulas serão expositivas e dialogadas, empregando recursos audiovisuais, apresentações com os principais conceitos e resolução de exemplos e exercícios. Será utilizado o Laboratório de Informática para o</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

desenvolvimento assistido da atividade em sala, assim como computadores, projetor, quadro branco e pincel atômico. Atividades em EaD: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades autoinstrucionais. No AVA serão disponibilizados os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura, pesquisas e assistir vídeos gravados.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações da aprendizagem serão definidas no Plano de Ensino da disciplina. As avaliações compreendem preferencialmente provas escritas e/ou trabalhos, não se limitando a estas. Será dada prioridade à realização das avaliações de forma presencial. Quando realizadas em EaD, os discentes farão a entrega no Ambiente Virtual de Aprendizagem, e não sendo possível, serão aceitas entregas de forma presencial.

Referências bibliográficas básicas:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p.+ 1 CD-ROOM.

BIZELLI, Maria Helena S. Sahão; BARROZO, Sidinéia. **INFORMÁTICA BÁSICA: TERCEIRA IDADE E INICIANTE**. Araraquara: Unesp - Instituto de Química de Araraquara, 2009. 192 p.

Referências bibliográficas complementares:

MARCONDES, Andrea. **Informática para Iniciantes**. São Paulo: Livro Pronto, 2009. 120 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

CAIÇARA JUNIOR, Cicero; PARIS, Wanderson Stael. **INFORMÁTICA, INTERNET E APLICATIVOS**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2009. 154 p.

REIS, Wellington José dos. Libreoffice Writer 4.2: **Manipulando textos com liberdade e precisão**. São Paulo: Viena, 2014. 240 p.

REIS, Wellington José dos. Libreoffice Impress 4.2: **Dominando Apresentações**. São Paulo: Viena, 2014. 160 p.

SIMÃO, Daniel Hayashida. LibreOffice Calc 4.2: **Dominando as Planilhas**. São Paulo: Viena, 2014. 208 p.

DISCIPLINAS	Carga Horária	EMENTA
Optativa – Gestão de Projetos	30 horas	Introdução à Elaboração e Gerenciamento de Projetos. Definições de Projetos e Processos. PMBOK. Análise SWOT. Análise PDCA. Captação de Recursos.
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver as etapas de elaboração de projetos de captação de recursos;- Compreender os processos de captação de recursos,- Formar o estudante a utilizar ferramentas de análise e de gestão de projetos. Metodologia: <p>Atividades presenciais: As aulas serão expositivas e dialogadas, empregando recursos audiovisuais, apresentações com os principais conceitos e resolução de exemplos e exercícios. Será utilizado o Laboratório de Informática para o desenvolvimento assistido da atividade em sala, assim como computadores, projetor, quadro branco e pincel atômico. Atividades em EaD: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será a interface utilizada entre o docente e o discente para realização das atividades autoinstrucionais. No AVA serão disponibilizados</p>		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

os materiais necessários para desenvolver as atividades em EaD, como leitura, pesquisas e assistir vídeos gravados.

Critérios e formas de avaliação:

As avaliações da aprendizagem serão definidas no Plano de Ensino da disciplina. As avaliações compreendem preferencialmente provas escritas e/ou trabalhos, não se limitando a estas. Será dada prioridade à realização das avaliações de forma presencial. Quando realizadas em EaD, os discentes farão a entrega no Ambiente Virtual de Aprendizagem, e não sendo possível, serão aceitas entregas de forma presencial.

Referências bibliográficas básicas:

MERHI DAYCHOUM. **40+20 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento** - 7ª Edição. Editora Brasport 2018 0. ISBN 9788574528694.

JOSÉ MIGUEL AGUILERA AVALOS. **AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS**. 1. São Paulo 2009 0. ISBN 9788502110830.

NBR16337 - **Gerenciamento de riscos em projetos** — Princípios e diretrizes gerais.

Referências bibliográficas complementares:

MARCELLA BLOCK. **Compliance e governança corporativa** - 3ª Edição. Editora Freitas Bastos 2020 396. ISBN 9786556750156

NBR ISO 31000 GESTÃO DE RISCOS – DIRETRIZES

SEGURANÇA E RESILIÊNCIA -SISTEMA DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS - REQUISITOS. NBR ISO 22300

REIS, Wellington José dos. Libreoffice Writer 4.2: **Manipulando textos com liberdade e precisão**. São Paulo: Viena, 2014. 240 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

REIS, Wellington José dos. Libreoffice Impress 4.2: **Dominando Apresentações**.
São Paulo: Viena, 2014.160 p.

Os temas transversais referentes à educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento e valorização do idoso serão tratados de forma concomitante dentro da abordagem das ementas, principalmente nos componentes curriculares Primeiros Socorros, Saúde Pública, Psicologia do Desastre e Mobilização Comunitária e Administração. Os temas citados como outros possíveis de serem inseridos, podem ser contemplados em eventos (Dia da Comunidade), seminários e palestras a serem organizadas pela coordenação do curso e/ou núcleo docente básico e pelo colegiado de curso.

5.8 Expedição de Diplomas e Certificados

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular desta Habilitação Técnica de Nível Médio será conferido o diploma de TÉCNICO EM DEFESA CIVIL com validade nacional.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Defesa Civil. Os históricos escolares que acompanham os certificados e/ou diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

De acordo com a Resolução Nº 10/2021 CONSUPER (artigo 47, parágrafo 3º), “a integralização de todos os componentes curriculares, é critério para o estudante obter o Diploma de Técnico de Nível Médio no respectivo curso, expedido e registrado pelo Instituto Federal Catarinense.”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A expedição e registro de certificados dos cursos do Instituto Federal Catarinense são regidos pela Portaria Normativa Nº 7/2021, sendo estas atribuições concernentes ao setor de registro acadêmico e de cadastramento institucional.

6 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

6.1 Corpo Docente e Tutorial

O corpo docente, que simultaneamente atuarão como tutores nos componentes curriculares do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil, estão relacionados abaixo:

DISCIPLINAS	PROFESSOR	REGIME	TITULAÇÃO
Introdução e Comunicação	Cleonice Maria Beppler SIAPE 1042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 047 2104-0853 http://lattes.cnpq.br/9868609834605055	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres. Mestrado em Engenharia de Transportes
	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 3277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/4794319627973711		Engenharia Agrônoma. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Saúde Pública	Flávia de Souza Fernandes SIAPE 2141010 flavia.fernandes@ifc.edu.br	DE	Graduação em Enfermagem. Mestre em Ciências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

	Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/5361584734456553		da Saúde. Doutorado em Saúde.
Topografia e Instrumentação	SIAPE 3401981 rodrigo.nery@ifc.edu.br Fone: 048991768580 http://lattes.cnpq.br/2651252748144054	Prof. Substituto	Graduação em Geografia, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental
Geociências I	Cristiane Regina Michelin SIAPE 1998372 cristiane.michelon@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871 http://lattes.cnpq.br/2043674976497844	DE	Licenciatura em Geografia. Doutorado em Geografia.
Legislação Aplicada	Gilmar Bolsi SIAPE 2771262 gilmar.bolsi@ifc.edu.br Fone: 0472104-0806 http://lattes.cnpq.br/4366462033729364	DE	Graduação em Direito. Mestrado em Direito.
Primeiros Socorros	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 3277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/4794319627973711	DE	Engenharia Agrônoma. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Estatística	Leonardo Talavera Campos SIAPE 1098675 leonardo.campos@ifc.edu.br Fone: 0472104-0851 http://lattes.cnpq.br/5406295733742944	DE	Graduação em Engenharia Agrônoma. Doutorado em Melhoramento Genético
Segurança do Trabalho	Cleonice Maria Beppler SIAPE 1042249	DE	Graduação em Engenharia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

	cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/9868609834605055		Florestal. Especialização em Gestão de Desastres. Mestrado em Engenharia de Transportes.
Gestão de Riscos e Desastres	SIAPE 3401981 rodrigo.nery@ifc.edu.br Fone: 048991768580 http://lattes.cnpq.br/2651252748144054	Prof. Substitu to	Graduação em Geografia, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental
Psicologia do Desastre	Nadia Rocha Veriguine SIAPE 1984469 nadia.veriguine@ifc.edu.br Fone: 0472104-0806 http://lattes.cnpq.br/7826627686356796	DE	Graduação em Psicologia. Licenciatura em Psicologia. Doutorado em Psicologia
Geociências II	Cristiane Regina Michelin SIAPE 1998372 cristiane.michelon@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871 http://lattes.cnpq.br/2043674976497844	DE	Licenciatura em Geografia. Doutorado em Geografia.
Prevenção e Controle de Incêndios	Marcos Alexandre Heinig SIAPE 3277873 marcos.heinig@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/4794319627973711	DE	Engenharia Agrônômica. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
Tecnologia e Controle de Sinistros	SIAPE 3401981 rodrigo.nery@ifc.edu.br Fone: 048991768580 http://lattes.cnpq.br/2651252748144054	Prof. Substitu to	Graduação em Geografia, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

			.
Mobilização Comunitária e Administração	Cleonice Maria Beppler SIAPE 1042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/9868609834605055	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres. Mestrado em Engenharia de Transportes.
Monitoramento Ambiental	Cristiane Regina Michelin SIAPE 1998372 cristiane.michelon@ifc.edu.br Fone: 0472104-0871 http://lattes.cnpq.br/2043674976497844	DE	Licenciatura em Geografia. Doutorado em Geografia.
Projeto Integrador	Cleonice Maria Beppler SIAPE 1042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/9868609834605055	DE	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres. Mestrado em Engenharia de Transportes
Optativas a) Informática Básica b) Gestão de Projetos	Cleonice Maria Beppler SIAPE 1042249 cleonice.beppler@ifc.edu.br Fone: 0472104-0853 http://lattes.cnpq.br/9868609834605055 <hr/> Rodrigo Nery e Costa SIAPE 3401981 rodrigo.nery@ifc.edu.br Fone: 048991768580 http://lattes.cnpq.br/265125274	DE Prof. Substitu	Graduação em Engenharia Florestal. Especialização em Gestão de Desastres. Mestrado em Engenharia de Transportes <hr/> Graduação em Geografia, Mestrado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

	8144054	to	em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental
--	---------	----	---

6.2 Coordenação do Curso

Cleonice Maria Beppler: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestra em Engenharia de Transportes. CPF 914.161.919 – 68. Matrícula SIAPE 1042249. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: cleonice.beppler@ifc.edu.br.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9868609834605055>

6.3 Núcleo Docente Básico (NDB)

Marcos Alexandre Heinig: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. CPF 799.382.649 -72. Matrícula SIAPE 2277873. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: marcos.heinig@ifc.edu.br;

Bruno Carlesso Aita: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Doutor em Engenharia Química. CPF 016.205.480-70 . Matrícula SIAPE 2255081. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: bruno.aita@ifc.edu.br;

Cleonice Maria Beppler: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestra em Engenharia de Transportes. CPF 914.161.919 – 68. Matrícula SIAPE 1042249. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: cleonice.beppler@ifc.edu.br;

Cristiane Regina Michelin: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Doutora em Geografia. CPF 986.151.650-68. Matrícula



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SIAPE 1998372. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0871. E-mail: cristiane.michelon@ifc.edu.br;

Rodrigo Nery e Costa: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Graduação em Geografia, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. CPF 206.084.448-71 Matrícula SIAPE 3401981. Regime de Trabalho: Professor Substituto 40H. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: rodrigo.nery@ifc.edu.br

Gilmar Bolsi: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestre em Direito. CPF 509.631.129-53. Matrícula SIAPE 2771262. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0806. E-mail: gilmar.bolsi@ifc.edu.br;

Márcia Rodecz: Pedagoga. Supervisão Pedagógica. Titulação Mestra em Educação. Matrícula SIAPE 2138987. CPF 764.620.309-25. Regime de Trabalho: 40 horas. Telefone: (47) 2104 – 0810. E-mail: marcia.rodecz@ifc.edu.br.

6.4 Colegiado

Marcos Alexandre Heinig: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. CPF 799.382.649 -72. Matrícula SIAPE 2277873. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: marcos.heinig@ifc.edu.br;

Bruno Carlesso Aita: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Doutor em Engenharia Química. CPF 016.205.480-70 . Matrícula SIAPE 2255081. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: bruno.aita@ifc.edu.br;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Cleonice Maria Beppler: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestra em Engenharia de Transportes. CPF 914.161.919 – 68. Matrícula SIAPE 1042249. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: cleonice.beppler@ifc.edu.br;

Cristiane Regina Michelin: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Doutora em Geografia. CPF 986.151.650-68. Matrícula SIAPE 1998372. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0871. E-mail: cristiane.michelon@ifc.edu.br;

Rodrigo Nery e Costa: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Graduação em Geografia, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. CPF 206.084.448-71. Matrícula SIAPE 3401981. Regime de Trabalho: Professor Substituto 40H. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: rodrigo.nery@ifc.edu.br

Gilmar Bolsi: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Mestre em Direito. CPF 509.631.129-53. Matrícula SIAPE 2771262. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0806. E-mail: gilmar.bolsi@ifc.edu.br;

Flávia de Souza Fernandes: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Titulação Doutora em Ciências da Saúde. Matrícula SIAPE 2141010. Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva. Telefone: (47) 2104 – 0853. E-mail: flavia.fernandes@ifc.edu.br;

Márcia Rodecz: Pedagoga. Supervisão Pedagógica. Titulação Mestra em Educação. Matrícula SIAPE 2138987. CPF 764.620.309-25. Regime de Trabalho: 40 horas. Telefone: (47) 2104 – 0810. E-mail: marcia.rodecz@ifc.edu.br.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

6.5 Corpo Técnico Administrativo em Educação

NOME DO SERVIDOR	SIAPÉ	CARGA HORÁRIA	CARGO	TITULAÇÃO
DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE				
SIMONE MARQUES DE ALMEIDA	0362724	40	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestrado(T)
ANDRESSA GRAZIELE BRANDT	1761694	40	Pedagogo	Mestrado(T)
MÁRCIA RODECZ	2138987	40	Pedagogo	Mestrado(T)
MARA RUBIAN MATTEUSSI GARCIA KORTELT	2398617	40	Tradutora e Intérprete de Libras	Mestrado(T)
NEUSA DENISE MARQUES	1836745	40	Pedagogo	Mestrado(T)
BIBLIOTECA				
ANDRÉIA DOS SANTOS	2135394	40	Auxiliar de Biblioteca	Mestrado(T)
ANGELA LIDVINA SCHNEIDER	1828147	40	Auxiliar de Biblioteca	Especialização Niv Sup(T)
FERNANDA BORGES VAZ RIBEIRO	1522454	40	Bibliotecária/Documentalista	Mestrado(T)
ILDA SANTOS CARDOSO PEREIRA	1843139	40	Auxiliar de Biblioteca	Graduação Niv Sup Comple(T)
VIVIAN CASTRO OCKNER	2228573	40	Bibliotecária/Documentalista	Sup compl ou hab legal eqv
MARINA JULIANA BATISTA BARWINSKI	1811653	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL - SISAE				
ELIANA MARIA FABIANO DE ALMEIDA	1075327	40	Telefonista	Mestrado(T)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

MARIA DE FÁTIMA BURGER BORDIN	1006944	40	Assistente de Aluno	Especializ acao Niv Sup(T)
ANA REGINA CAMPOS CHAGAS	1366591	40	Agente Administrativo	2o gr compl ou tec profiss
HERLON IRAN ROSA	1755105	40	Assistente de Aluno	Mestrado(T)
NELZA DE MOURA	1812872	40	Assistente Social	Sup compl ou hab legal eqv
ANDERSON DE ASSUNÇÃO MEDEIROS	1202678	40	Assistente de Alunos	Mestrado
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS	1454355	40	Psicólogo	Especializ acao Niv Sup(T)
SERVIÇO DE SAÚDE E AMBULATÓRIO MÉDICO				
GLEISSON RAMOS DE OLIVEIRA	2246686	40	Técnico em Enfermagem	Sup compl ou hab legal eqv
MARIA ANGÉLICA DE M. A. PIMENTA	1105801	40	Enfermeira	Mestrado(T)
MARIA GORETTI ALÉSSIO CRISPIM	1159310	30	Odontóloga	Mestrado(T)
MARIA HELENA BARBOSA LIMA TOMPSON	2267892	40	Técnica em Enfermagem	2o gr compl ou tec profiss
SANDRA ROSABEL PEREIRA	1160461	40	Enfermeira	Especializacao Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO TÉCNICO				
JOECI RICARDO GODOI	2155492	40	Técnico de Laboratório	Especializ acao Niv Sup(T)
RAQUEL ROSA VANTI	366.554.810 - 15	40	Escriturária	Nivel Médio(T)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TEREZINHA PEZZINI SOARES	1801689	40	Secretária Executiva	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO SUPERIOR				
VANIA LEONARDELLI PEREIRA	1758471	40	Assistente em Administração	Especializaca o Niv Sup(T)
KARINA COUTINHO PEDROSA	1677416	40	Assistente em Administração	2o gr compl ou tec profiss
ROBINSON FERNANDO ALVES	1758606	40	Técnico em Assuntos Educaçãoais	Mestrado(T)
LETÍCIA ALVES GOMES ALBERTTI	1978316	40	Tecnico de Laboratório	Sup compl ou hab legal eqv
LEONARDO CAPARROZ CANGASSU	1128878	40	Técnico em Assuntos Educaçãoais	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE REGISTRO ACADÊMICO E CADASTRO INSTITUCIONAL - CRACI				
DAIANI LARA DE ASSIS	2387337	40	Auxiliar em Administração	Especializ ação Niv Sup(T)
MARCIO APARECIDO LUCIO	2753077	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
MARIA CATARINA DE MELO SANTOS	3006604	40	Técnico em Secretariado	Sup compl ou hab legal eqv
REGINA CELIA SEQUINEL EISFELD	2125646	40	Auxiliar em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
SAIONARA GARCIA DOTTO	1754140	40	Assistente em Administração	Especializ ação Niv Sup(T)
CARLOS ALEXANDRE	1760072	40	Técnico de Tecnologia da	Especializ ação Niv



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PORTO			Informação	Sup(T)
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO, ESTÁGIO E EGRESSOS				
CRISTINE DE OLIVEIRA DILI	1895429	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
MICHELA CANCELLIER	1924646	40	Técnica em Laboratório	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO				
MARCELE ARRUDA MICHELOTTO	1994943	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DAP				
MARCEL AMARAL DAOUD	1758027	40	Administrador	Mestrado(T)
SANDRO MARCOS LEVATTI	1837163	40	Contador	Especialização Niv Sup(T)
RICARDO BRUNO CABRAL	2382525	40	Técnico em Contabilidade	Especialização Niv Sup(T)
KARLA DANIELLE GABARDO	2314019	40	Nutricionista	Especialização Niv Sup(T)
BERNADETE RAMPELOTI SILVA	1160338	40	Cozinheira	Especialização Niv Sup(T)
VENÂNCIA PEREIRA MELO	1160148	40	Cozinheira	Nível Médio(T)
CRISTINA SCHMITT	1771433	40	Contador	Especialização Niv Sup(T)
EDSON FERNANDO PAGLIOCHI	2622673	40	Assistente em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
JOSÉ DOMINGOS PEREIRA	1159388	40	Pedreiro	Nível Médio(T)
LENARA BERNIERI	1757309	40	Técnica em Agropecuária	Mestrado(T)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

FRANCIELE PISSININ DENARDINI	1832515	40	Administradora	Sup compl ou hab legal eqv
LIA MARA SILVA DE SOUZA	2357151	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
TELMA ZANLUCAS	1668816	40	Assistente em Administração	Pos- Graduacao(T)
MICHELLI SLHESSARENKO	1773191	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
LUIZ GONZAGA CECHET	1160336	40	Auxiliar em Agropecuária	Mestrado(T)
LOANA DE MOURA FURLAN	2376882	40	Auxiliar em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
ALEX SANTOS DE OLIVEIRA	2020290	40	Operador de Máquinas Agrícolas	Especializaçã o Niv Sup(T)
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	1456232	40	Técnico de Laboratório	Graduaçã o Niv Sup Comple(T)
ROSEMERI APARECIDA MARCON	1786551	30	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
TICIANNE CARLA CORREA PEDROSO	2246728	40	Auxiliar em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
DIREÇÃO GERAL				
MARILIA CRISTIANE MASSOCHIN	2010770	25	Jornalista	Mestrado(T)
SERGIO DOS SANTOS SOUZA	0277892	40	Auditor	Especializ acao Niv Sup(T)
GUSTAVO COSTA	2009443	40	Técnico em	Graduacao Niv



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

MEIRELES			Tecnologia da da Informação	Sup Comple(T)
JEAN MARLON HULSE MERIGO	1252831	40	Técnico Laboratório - Área: Informática	Especializ acao Niv Sup(T)
WUYSLEN RANIERY SANTOS MELO	2963550	40	Técnico em Tecnologia da da Informação	Especializ acao Niv Sup(T)
CARINE CALIXTO AGUENA	1828484	40	Analista de Tecnologia da Informação	Mestrado(T)
GENESIO JOÃO CORREIA JUNIOR	1758674	40	Técnico de Tecnologia da Informação	Especializ acao Niv Sup(T)
JORGE LUIZ ALVES	379357	40	Técnico em Tecnologia da Informação	2o gr compl ou tec profiss
FABIANO ENDRES	1034667	40	Assistente em Administração	Especializ acao Niv Sup(T)
DULCINÉIA PAIM REIS	1190782	40	Técnico em Arquivo	Especializac ao Niv Sup(T)
KRISTIAN VICENTE	2164334	40	Técnica em Segurança do Trabalho	Especializ acao Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES E INSTRUTORES DE CÂES-GUÍA				
MERCEDES DA SILVA	0432717	40	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
AMANDA MASSUCATTO	2380091	40	Assistente de Laboratório	Mestrado(T)
LUIS FERNANDO KLUGE	1225815	40	Administrador	Mestrado(T)
SANY REGINA SARDA JUSTI	2774392	40	Tradutora e Interprete de Libras	Mestrado(T)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PRODUÇÃO				
LAIRTON LUIZ ROZZA	1377938	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
LUIZ FERNANDO ASSUNÇÃO LORETTO	1105105	40	Vigilante	Especialização Niv Sup(T)
GILMAR DE LORENZI	0393097	40	Contínuo	Sup compl ou hab legal eqv
HUMBERTO JOÃO DUTRA JÚNIOR	1187949	40	Auxiliar em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
ALEXANDRE MARIA	0277525	40	Motorista	Especialização Niv Sup(T)
BENEDITO MENEGUELLI	2311648	40	Auxiliar Operacional	2o gr compl ou tec profiss
HIRAN ROSA FERREIRA	1456592	40	Assistente de Aluno	Especialização Niv Sup(T)
RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	2379459	40	Engenheiro Agrônomo	Especialização Niv Sup(T)
DIEGO FINCATO	2376887	40	Auxiliar em Agropecuária	Especialização Niv Sup(T)
MATEUS DE SOUZA	1757324	40	Técnico em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
INDIANARA DALAGO	2215601	40	Tecnico em Agropecuária	Mestrado(T)
FRANK TIEGS	2408335	40	Auxiliar em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
JULIO RAMOS JUNIOR	1618331	40	Técnico em Alimentos e Laticínios	Especialização Niv Sup(T)
LUAN NOBERTO DOS SANTOS	2155483	40	Técnico em	Sup compl ou hab legal eqv



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

			Agropecuária	
MARCOS DIEL	2242304	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
EDENIR ROGGE	1159386	40	Bombeiro Hidráulico	Nível Médio(T)
GEORGES CRAESMEYER	1812064	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
JULIANA GRANDI	2155093	40	Médica Veterinária	Mestrado(T)
ALEXANDRE FERNANDES COIMBRA	2037041	40	Engenheiro Civil	Especialização Niv Sup(T)
SERVIDORES EXTERNOS				
ANA REGINA CAMPOS CHAGAS	1366591	40	Agente Administrativa	2o gr compl ou tec profiss
BENEDITO MENEGUELLI	2311648	40	Auxiliar Operacional de serviços Diversos	2o gr compl ou tec profiss
KARINA COUTINHO PEDROSA	1677416	40	Assistente em Administração	2o gr compl ou tec profiss
JORGE LUIZ ALVES	379357	40	Técnico em Tecnologia da Informação	2o gr compl ou tec profiss
LETÍCIA ALVES GOMES ALBERTTI	1978316	40	Técnica de Laboratorio	Sup compl ou hab legal eqv

6.6 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico das atividades em ensino à distância (EaD), com plano de ação documentado e processos de trabalho formalizados. Esta equipe, formada por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

pedagogo ou técnico em assuntos educacionais e profissionais da área de informática, está definida pelo próprio Campus Camboriú por meio de Portaria 156/2021 GAB CAMB (Anexo 04) e pela Portaria 173/2021 GAB CAMB (Anexo 05).

6.7 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

As políticas de capacitação de servidores do IFC estão detalhadas nas normatizações a seguir:

- a) Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o Instituto Federal Catarinense (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).
- b) Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).
- c) Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013b).
- d) Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).
- e) Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).
- f) Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado) dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) - bolsa de 500,00 (IFC, 2014 d).
- g) Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).
- h) Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).
- i) Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do Instituto Federal Catarinense - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- j) Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).
- k) Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).
- l) Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).
- m) Portaria Normativa 09/2019 – ASSEG/GABI: Institui o Programa de Formação Continuada de Docentes, no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

7 INSTALAÇÕES FÍSICAS

7.1 Biblioteca

As bibliotecas são pilares indispensáveis para a dinamização de ações educativas para o fortalecimento da missão institucional. O Instituto Federal Catarinense (IFC) atualmente possui 17 bibliotecas, distribuídas em seus 15 *campi*. A partir de março de 2014 (Resolução nº. 007 – CONSUPER/2014) todas as bibliotecas do IFC passaram a compor o **Sistema Integrado de Bibliotecas** – SIBI-IFC que objetiva promover a gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal assim como buscar estabelecer convênios de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional.

O SIBI-IFC está vinculado a Pró-Reitoria de Ensino e sua estrutura organizacional está assim composta: a) Conselho de Representantes de Bibliotecas – COREB (deliberativo); b) Coordenação do SIBI-IFC; c) Bibliotecas dos *campi* e d) Comissões de Estudos e Trabalhos.

A biblioteca do *Campus* Camboriú é uma das bibliotecas que compõem o SIBI. Seu atendimento ao público é realizado das 7h30 às 22h35, de segunda a sexta-feira. Possui uma equipe altamente qualificada de profissionais, sendo três



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

bibliotecárias (uma doutora e duas mestras); 3 auxiliares de biblioteca (uma mestre, uma especialista e outra graduada) e dois bolsistas de nível superior.

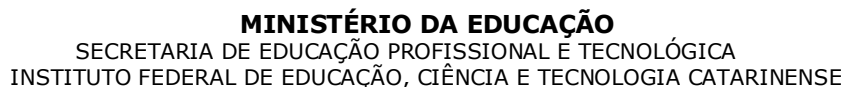
Sua estrutura ocupa uma área construída de 600 m². Oferece espaços para estudo em grupo e individual (60 lugares), 6 computadores para pesquisa na internet e elaboração de trabalhos acadêmicos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, um miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com vídeo, DVD, televisão, tela de projeção e quadro branco.

Seu acervo local é composto de livros, periódicos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 18.000 títulos/34.000 exemplares. Destaca-se que o conjunto de bibliotecas do IFC possui aproximadamente 80.000 títulos/190.000 exemplares e os mesmos podem ser utilizados mediante o serviço de empréstimo entre bibliotecas.

O gerenciamento das bibliotecas é automatizado utilizando-se o Sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos on-line, através do site https://pergamum.ifc.edu.br/pergamum_ifc/biblioteca/index.php, via computador ou dispositivos móveis (Pergamum Móvel).

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca oferece diversos serviços e produtos:

- a) **empréstimo entre bibliotecas** – visa disponibilizar o acesso dos usuários a recursos informacionais que estão alocados em outras bibliotecas do IFC. Os pedidos de empréstimo entre bibliotecas são realizados pelos usuários de forma on-line na página de consulta ao acervo;
- b) **renovação de empréstimos via telefone** – serviço oferecido para facilitar o processo em momentos em que o usuário não dispõe de internet;



- 140



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- h) **Projeto Livro Livre** – trata-se de um espaço destinado a disponibilizar aos usuários, obras recebidas pela biblioteca na forma de doação e não incorporadas ao acervo, por não estarem em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca;
- i) **Repositório Institucional** – Projeto desenvolvido sob responsabilidade do Sistema Integrado de Biblioteca e objetiva reunir, organizar e disseminar a produção Intelectual do IFC.

7.1.1 Conteúdos digitais e virtuais

Além dos recursos informacionais disponíveis fisicamente a biblioteca oferece acesso a conteúdos digitais/virtuais, com acesso específico para a comunidade do IFC, quais sejam:

- a) mais de 12.000 títulos de livros digitais (e-books) nas diversas áreas do conhecimento do interesse institucional;
- a) normas da ABNT;
- b) acesso a Rede de Repositórios Nacionais da Rede Pergamum.
- c) Portal Capes (Conteúdos restritos ao IFC e de acesso público).

O Sistema Integrado de Bibliotecas ainda disponibiliza em seu site (<http://biblioteca.ifc.edu.br/>) uma base de links que facilita o acesso a outros conteúdos digitais (livros, periódicos e bases de dados) de acesso público.

7.1.2 Política de atualização do acervo

A Política de Desenvolvimento de Coleções do IFC foi instituída em 2019 (Portaria Normativa n. 2/2019 – CONSEPE/REITORIA). O acervo é expandido periodicamente, tendo-se como prioridade: a) as obras constantes nas bibliografias básicas e complementares dos cursos; b) materiais informacionais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

para a implantação de novos cursos e desenvolvimento de pesquisas e c) obras indicadas pelos colegiados dos cursos.

7.2 Áreas de Ensino e Laboratórios

ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	02 (dois) Auditórios com 50 lugares e 01 (um) Auditório com 400 lugares	Com recursos didáticos multimídia.
02	32 (trinta e duas) Salas de aula com capacidade para 40 lugares	Com recursos didáticos multimídia (TV).
03	01(um) Laboratório Geral de Informática com programas específicos.	Com computadores de mesa, disponíveis para turmas com 30 alunos.
04	01 (um) Laboratório de Suporte Básico à Vida	Práticas de Primeiros Socorros.
05	01 (um) Laboratório de Cenários de Riscos	Container equipado com recursos didáticos multimídia, bancadas com pontos elétricos e armários.
06	01 (um) Laboratório de Gerenciamento de Desastres	Práticas de Sistema de Comando de Operações (SCO).
07	1 (um) Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual e Higiene Ocupacional e Ergonomia	Possui equipamentos de Higiene Ocupacional e Equipamentos de Proteção Individual.
08	1 (um) Laboratório de Prevenção e Controle de Incêndios	Extintores portáteis. Materiais de Sinalização e Prevenção de Incêndios.
09	1 (um) Laboratório de Simulação	Laboratório com jogos de mesas e de cenários
10	1(um) Laboratório de Topografia	Equipamentos para levantamento planimétricos e altimétricos, como teodolitos e níveis ópticos.
11	01 (um) Sala de Apoio 8 m2	Sala de professores e de material



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

		didático do eixo Tecnológico Segurança.
12	01 (um) Laboratório de Assepsia	Apresenta três pontos de água, estufa para esterilização de materiais, geladeira, fogão, balança e bancadas.
13	1(um) Laboratório de Controle Ambiental	Análise de água e de impactos ambientais.
14	Biblioteca	Acervo físico e virtual.
15	1 (um) Laboratório Específico em Ensino a Distância	Laboratório em estruturação.

7.3 Áreas de Esporte e Convivência

O Campus Camboriú conta com área esportiva e centro esportivo de 30.000 m² composto por um campo de futebol society; um campo de futebol oficial; uma pista de atletismo; um ginásio poliesportivo com duas quadras multiuso, vestiários masculino e feminino, uma sala de professores, e seis salas de materiais armazenando equipamentos de ginástica, do atletismo, das modalidades esportivas, jogos educativos pedagógicos, entre outros.

O Centro de Convivência do campus Camboriú é um espaço onde os alunos podem descansar e estudar. É composto por mesas, puffs, espaço ao ar livre, micro-ondas, aparelhos de som e jogos para os alunos. No local é possível realizar pequenos eventos entre alunos ou entre alunos e professores.

7.4 Áreas de Atendimento ao Estudante

O atendimento ao estudante ocorre preferencialmente nas salas dos docentes ou na biblioteca do campus, nos horários definidos no Quadro de Horários dos docentes, elaborados a cada semestre letivo e descritos no plano de ensino. O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei 11.741, 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.265-272.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFC. Blumenau, 2019.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Blumenau, 2014.

_____. Resolução CONSUPER n. 10/2021. Organização Didático Pedagógica do IFC. Blumenau, 2021.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OCHA, Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários. **NATURAL DISASTERS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN**. 2020. Disponível em: https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/20191203-ocha-desastres_naturales.pdf.

SANTA CATARINA (Estado). **Capacitação em Defesa Civil: Sistema de Comando de Operações (SCO)**. Florianópolis: 2006. 136 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Procedimentos Administrativos e Jurídicos em Defesa Civil**. Florianópolis, 2013a. 113 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Gestão de Risco de Desastres**. Florianópolis, 2013b. 149 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Gestão de Desastres**. Florianópolis, 2013c. 117 p.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria Estadual de Defesa Civil. **Municípios em Ação**: Vídeo instrucional. Florianópolis, 2013d. 1 DVD(6 min). Som. Color.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**. 2012. Disponível em < <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em 07.outubro. 2013, 10:24.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece **as diretrizes e bases da educação nacional**.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que **regulamenta a LDB**.

Resolução CNE Nº 04 de 13 de Julho de 2010, que define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Resolução CNE Nº 02 de 30 de Janeiro de 2012, que define **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**.

Resolução CNE Nº 06 de 20 de Setembro de 2012, que Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de ciências humanas, v. 4, p. 1-18, 1978.

Resolução Nº 084\2014, que trata da **Organização Didática dos Cursos Técnicos**.

Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que trata da **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**.

Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Lei Nº 11.788 de 2008 - Dispõe sobre o **estágio de estudantes**; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o Instituto Federal Catarinense (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).

Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).

Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013b).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).

Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).

Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado) dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) - bolsa de 500,00 (IFC, 2014 d).

Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).

Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).

Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do Instituto Federal Catarinense - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).

Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).

Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).

Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).

Portaria Normativa 09/2019 – ASSEG/GABI: Institui o Programa de Formação Continuada de Docentes, no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

Resolução nº. 007 – CONSUPER/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Parecer Nº 17/2020/CFA, do Conselho Federal de Administração referente ao **Registro Profissional do Técnico em Defesa Civil** (Anexo 06).

Portaria Normativa IFC/CONSEPE nº 2/2018, que determina as diretrizes para a autoavaliação dos cursos técnicos do IFC.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

9 ANEXOS

Anexo 01 – Resolução CONSUPER de Aprovação do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 004 – CONSUPER/2014

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Defesa Civil subsequente ao Ensino Médio - Câmpus Camboriú.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal Catarinense – IFC, Professor Francisco José Montório Sobral, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24/01/2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 24/01/2012, e considerando:

- O processo nº 23350.000709/2014-44;
- A reunião do Conselho Superior realizada no dia 31 de março de 2015.

Resolve:

Art. 1º - APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Defesa Civil subsequente ao Ensino Médio, a ser ofertado pelo Câmpus Camboriú.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Reitoria do IFC, 31 de março de 2015.


Francisco José Montório Sobral
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Anexo 02 – Ofício Circular 28 de 26 de janeiro de 2021, do Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (Página 1).



ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFESA CIVIL
GABINETE DO CHEFE



Of. Circ 28/DC/GABC/2021

Florianópolis, 26 de Janeiro de 2021.

Prezada Reitora Sônia Regina de Souza Fernandes,

Com os nossos cordiais cumprimentos, nos utilizamos deste instrumento para estreitar cada vez mais os laços entre a Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC), o Instituto Federal Catarinense (IFC) e o IFC - Campus Camboriú.

Como é de seu conhecimento, temos um termo de cooperação técnica estabelecido desde 2018, que culmina com a realização de diversas ações em conjunto, desde seminários, eventos, capacitações, quanto a participação dos representantes do IFC em nosso Comitê Técnico Científico e a realização do Programa Defesa Civil na Escola.

Agora, estamos em tratativas para oficializar os campos de estágio e a curricularização da extensão, no sentido de viabilizar espaços de formação ampliada para os estudantes, bem como a realização de pesquisas.

Além disso, se faz necessário ampliar a capacitação tanto de técnicos que atuam na defesa civil no Estado como e principalmente as equipes das coordenadorias municipais de Proteção e Defesa Civil bem como as comunidades, a fim de mitigar os efeitos dos eventos adversos e/ou desastres desenvolvendo autoproteção e resiliência de todos os cidadãos;

Considerando que o estado de Santa Catarina, está entre os três estados do país com maior recorrência de eventos adversos e/ou desastres, dentre outras ações, a Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC) criou o Programa SC Resiliente, que está em seu primeiro ciclo, sendo que uma das prioridades é investir na preparação e na prevenção visando aumentar a resiliência dos órgãos e setoriais e, a proteção e a autoproteção do cidadão catarinense, salvando vidas e diminuindo a vulnerabilidade.

SÔNIA REGINA DE SOUZA FAGUNDES
Reitora IFC - Instituto Federal Catarinense
Rua das Missões, 100, Edifício Missões – Ponta Aguda
CEP 89051-000
Blumenau/SC
Endereço Eletrônico:
gabinete.camboriu@ifc.edu.br, gabinete@ifc.edu.br, sonia.fernandes@ifc.edu.br

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA
Avenida Governador Ivo Silveira, 2320 - Capoeiras | CEP 88.085-001 | Florianópolis - SC
www.defesacivil.sc.gov.br

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital ICP-Brasil por ALCIO BATISTA NETO e ALEJANDRE CORRÊA DUTRA em 26/01/2021 às 20:21:33, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019. Para validar a autenticidade deste cópia, acesse o site <http://portal.defesacivil.sc.gov.br> e pesquise o processo DC 000055/2021 e o código 607047766.

2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Anexo 03 – Ofício Circular 28 de 26 de janeiro de 2021, do Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (Página 2).



ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFESA CIVIL
GABINETE DO CHEFE



Considerando que:

- a. O IFC Campus Camboriú tem o único Curso Técnico de Defesa Civil do país, formando e qualificando agentes para atuar na gestão de riscos e de desastres;
- b. Tanto o IFC quanto a DCSC tem recebido solicitações de todas as regionais do Estado, municípios e até de outros Estados para disseminar esta formação;
- c. A capacidade e competência técnica dos profissionais e professores de ambas as instituições;
- d. É possível adaptar o curso para a modalidade de ensino híbrido, uma vez que se dispõe de metodologias ativas e de estruturas para a realização de aulas por videoconferência, e alguns momentos presenciais alinhando-se em conjunto as ações;
- e. esta proposta de formação em parceria será pioneira e piloto no Brasil;
- f. Além deste curso, há possibilidade de realização do curso profissionalizante de Agente Comunitário de Proteção e Defesa Civil, nos mesmos moldes, abrangendo a população e ampliando a atuação comunitária, ainda muito incipiente em Santa Catarina e;
- g. Há possibilidade de instituímos desde a capacitação básica, intermediária e avançada atendendo às diferentes demandas e necessidades dos técnicos.

Diante do exposto entendemos o quanto o fortalecimento desta parceria é importante desde a comunidade, região, estado e País, ressaltando a necessidade do Instituto Federal Catarinense contribuir na formação destes profissionais, ampliando suas fronteiras de atuação e contribuindo para que todo o Estado seja contemplado conforme preconiza inclusive o Marco de Sendai que Brasil é signatário.

Para que este propósito seja concretizado, solicitamos seu apoio ao tempo em que também colocamos à disposição a equipe técnica da Diretoria de Gestão da Educação para auxiliar na elaboração e revisão do Projeto Pedagógico do Curso, adaptação da modalidade de ensino, entre outras demandas.

Certos da ciência da elevada importância desta parceria para sociedade e havendo concordância daremos início imediato às ações para que parte da formação (curso de qualificação profissional de Agente Comunitário de Proteção e Defesa Civil) possa ser ofertada ainda em 2021 e o curso técnico subsequente em Defesa Civil no início de 2022.

Agradecemos a parceria, oportunidade e aproveitamos para convidá-la a conhecer nosso Centro Integrado de Gestão de Riscos e Desastres (CIGERD) localizado em Florianópolis e que é referência na América Latina, ao tempo em que aguardamos seu retorno.

Atenciosamente

(assinado digitalmente)

Cel. BM ALDO BAPTISTA NETO
Chefe da Defesa Civil

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA
Avenida Governador Ivo Silveira, 2320 - Caposirém | CEP 88.085-001 | Florianópolis - SC
www.defesacivil.sc.gov.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Anexo 04 – Portaria da Equipe Multidisciplinar, denominada de Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do IFC Campus Camboriú.

13/05/2021

https://sig.ifc.edu.br/sigpec/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?dDoc=677224



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - CAMBORIÚ

PORTARIA Nº 156 / 2021 - GAB/CAMB (11.01.03.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Camboriú-SC, 13 de maio de 2021.

A Diretora-Geral do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar a composição do Núcleo de Educação a Distância - NEaD, para acompanhamento e auxílio nas ofertas na modalidade a distância do Campus Camboriú, formada por uma equipe multidisciplinar representada pelos seguintes membros:

Servidora MAGALI DIAS DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula nº 2265320, RESPONSÁVEL PELO SUPORTE PEDAGÓGICO;

Servidora MARCIA RODECZ, ocupante do cargo de Pedagoga, Matrícula nº 2138987, RESPONSÁVEL PELO SUPORTE PEDAGÓGICO;

Servidora ELISETTE DA SILVA, ocupante do cargo de Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula nº 1946758, RESPONSÁVEL PELO SUPORTE TÉCNICO;

Servidor GUILLERMO GONGORA FIGOLI, ocupante do cargo de Técnico em Tecnologia de Informação, Matrícula nº 1835267, RESPONSÁVEL PELO SUPORTE TÉCNICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e possui validade de 1(um)ano.

(Assinado digitalmente em 13/05/2021 11:46)
SIRLEI DE FATIMA ALBINO
DIRETOR GERAL - TITULAR
DG/CAM (11.01.03.01)
Matrícula: 2105264

Processo Associado: 23350.000001/2021-12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Anexo 05 – Portaria de inclusão de membro na Equipe Multidisciplinar, denominada de Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do IFC Campus Camboriú.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - CAMBORIÚ

PORTARIA Nº 173 / 2021 - GAB/CAMB (11.01.03.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Camboriú-SC, 24 de maio de 2021.

A Diretora-Geral do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar a servidora NEUSA DENISE MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Pedagogo, Matrícula nº **1836745**, para compor o Núcleo de Educação a Distância - NEaD, como **RESPONSÁVEL PELO SUPORTE PEDAGÓGICO**, do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, alterada a PORTARIA Nº 156 / 2021 - GAB/CAMB.

(Assinado digitalmente em 24/05/2021 17:35)

SIRLEI DE FATIMA ALBINO
DIRETOR GERAL - TITULAR
DG/CAM (11.01.03.01)
Matrícula: 2105264

Processo Associado: 23350.000001/2021-12

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **173**, ano:
2021, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **24/05/2021** e o código de verificação: **6afb50f2e8**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Anexo 06 – Parecer N° 17/2020/CFA do Conselho Federal de Administração referente ao Registro Profissional do Técnico em Defesa Civil.



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Câmara de Formação Profissional
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1815 - www.cfa.org.br

PARECER N° Parecer nº 17/2020/CFA

PROCESSO N° 476900.007945/2019-77

ORIGEM: Câmara de Formação Profissional

INTERESSADO: CRA-SC - Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, Câmara de Formação Profissional ASSUNTO: Solicitação de registro de Técnico em Administração, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 511, de 14/06/2017

Senhor Presidente,

Em resposta ao E-mail de 16/12/2019, informamos que os egressos do Curso Técnico em Defesa Civil - nível médio, oferecido pelo Instituto Federal Catarinense, localizado em Blumenau-SC, campus Camboriú-SC, poderão obter registro profissional em CRA, de acordo com a Resolução Normativa CFA nº 511, de 14/06/2017.

De acordo com o perfil do profissional do Curso Técnico em Defesa Civil, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos elaborado pelo MEC, o qual disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, a fim de orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral:

Perfil profissional de conclusão: Realiza o monitoramento preventivo de desastres. Monitora mudanças climáticas, alertas de emergências e sistemas de informações geográficas. Coordena e supervisiona vitórias. Prepara planos de contingência em Defesa Civil. Planeja reuniões de Núcleos Comunitários de Defesa Civil. Mobiliza a comunidade. Realiza atividades relacionadas à atenção básica de Defesa Civil. Realiza procedimentos de encaminhamento de vítimas. Fiscaliza voluntários em situações de acatamento ou em áreas atingidas por calamidade pública. Auxilia na recuperação do cenário atingido.

Dessa forma, os egressos do citado curso exercerão atividades administrativas de auxílio e apoio restritas ao respectivo eixo de formação acadêmica e, por consequência, receberão Carteira de Identidade Profissional na cor verde, na qual constará o Título Profissional: Técnico em Administração e Área de atuação: auxílio e apoio em Administração, conforme Resolução Normativa CFA Nº 511, de 14 de junho de 2017.

Atenciosamente,

Adm. Cláudia de Sallas Stadtober
Diretora da Câmara de Formação Profissional
CRA-RS nº 16577



Documento assinado eletronicamente por Adm. Suelli Cristina Rodrigues de Moraes, Coordenadora de Formação Profissional, em 28/01/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília.

